

**Perspectiva feminista
movimento feminista
e movimento de mulheres no Brasil**

Uma introdução

Daniela Alvares Beskow

Março de 2019

**Editora Palavra e Meia
Caderno de Textos 5**

Perspectiva feminista
movimento feminista
e movimento de mulheres no Brasil

Uma introdução

Daniela Alvares Beskow

Março de 2019

Editora Palavra e Meia
Caderno de Textos 5

Caderno de Textos Palavra e Meia é uma publicação da Editora Palavra e Meia. Destina-se a dar difundir textos curtos e médios de caráter analítico e ensaístico da autora Daniela Alvares Beskow. O objetivo é circular conteúdo de pesquisas em andamento, reflexões sobre momentos históricos atuais e passados e questões para debate. Alguns desses textos serão futuramente desenvolvidos em livros ou capítulos de livros.

Caderno de Textos Palavra e Meia
Coordenação geral: Palavra e Meia/Daniela Alvares Beskow
www.palavraemeia.com

Beskow, Daniela Alvares. Caderno de Textos n.5 Perspectiva feminista, movimento feminista e movimento de mulheres no Brasil: uma introdução/ Daniela Alvares Beskow. -1. ed. Campinas, São Paulo. 2019

1. Feminismo 2. Movimento feminista 3. Movimento de mulheres 4. Movimento feminista no Brasil 5. Movimento de mulheres no Brasil 6. Perspectiva feminista 7. Mulheres 8. Beskow, Daniela Alvares

Publicação digital
Março de 2019

Caderno de Textos
Títulos publicados:

Caderno de textos 1. Características da dominação no patriarcado. 2017

Caderno de textos 2. Política: reflexões sobre o diálogo a partir de ideias anarquistas e feministas. 2017

Caderno de textos 3. Reflexões sobre liberdade, construção coletiva e comunicação. 2017

Caderno de textos 4. Dramaturgia cênica feminista e análise situada de espetáculos. 2018

Sobre a autora

Daniela Alvares Beskow, 35 é mestre em Artes Cênicas (Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2015-2017), bacharel em Ciências Políticas (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2006), licenciada em Ciências Sociais (Unicamp, 2007) e bacharel em Comunicação das Artes do Corpo com habilitação em Dança (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, 2013). Coordenadora da Editora Palavra e Meia, escritora e artista da dança e das linguagens cênicas. Como escritora, o início de sua trajetória é marcado por publicações em zines, individuais, em grupo e como integrante de movimentos sociais (2001-2007) e na revista estudantil Cacheiros Viajantes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH da Unicamp (2004). Publicou ensaios e colunas no seu site (2011- 2015) e nos sites do Coletivo de Comunicadores Populares (Campinas- SP) (2011) e Passa Palavra (2009). Publica no site Palavra e Meia, coordenado pela autora, a partir de abril de 2016. O site Palavra e Meia publica também material escrito de convidadas. Publicou ensaios no Portal Unesp e também no site Las Abuelitas em 2016 e 2017. Os textos do Portal Unesp foram republicados por jornais locais - digitais e impressos – em algumas cidades do Brasil. Publicou capítulos nos seguintes livros: “Corpo-Mídia” no livro “Ideias Perigozas” (2010, Descentro. Org. Fabiane Borges) e “Vozes sobre o momento atual: junho e pós junho de 2013 em Campinas” no livro “As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho de 2013 no Brasil” (2014, Deriva. Org. Cassio Brancaleone e Daniel de Bem). Publicou o ensaio “Brasil desde un punto de vista feminista hoy” na revista Escucharnos Decir: Feminismos populares en America Latina. (Junho/2016. Org. Colectivo Minervas y Mujeres en Lucha). Apresentou o ensaio “Oito Pontos sobre a Horizontalidade” no Encontro Sociedade e Comunicação (ESC) (2011. Unicamp, Campinas-SP) – inspirado no modelo anarquista de gestão das rádios livres e publicado em formato digital no site Palavra e Meia em novembro de 2016. Escreveu inúmeros textos, reflexões, poemas e ensaios ainda não publicados. Como graduanda em Comunicação das Artes do Corpo realizou a pesquisa de iniciação científica (com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/Fapesp) “O Espaço Teatral entendido a partir da Teoria Geral dos Sistemas” (2013). Sua monografia de conclusão do curso de Comunicação das Artes do Corpo teve como tema “Em Trânsito: Uma análise da relação entre público e artista no teatro que acontece na rua a partir da Teoria Geral dos Sistemas: Sujeito, objeto, complexidade e trama na cidade a partir de uma escrita criadora” (2013). Ambas tiveram orientação do Prof. Dr. Jorge de Albuquerque Vieira, a partir de debate entre as áreas da ciência, filosofia e artes. Sua pesquisa de mestrado (com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Capes) consistiu na observação e análise de dramaturgias cênicas com apenas mulheres em cena a partir de uma perspectiva feminista na cidade de São Paulo nos anos de 2015 e 2016, sob a orientação da Profa. Dra. Lúcia Regina Vieira Romano. A dissertação: “O discurso das mulheres na cena paulistana de 2015-2016: uma proposta feminista de análise de espetáculos” foi defendida em junho de 2017 e encontra-se disponível no endereço: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152099>. Em 2017 lançou a Série Caderno de Textos, a Revista Palavra e meia Meia e a Editora Palavra e Meia. São cinco títulos publicados da série Caderno de Textos. De 2017 até hoje escreveu três dramaturgias, a primeira delas, dançada pela artista, é o espetáculo “Meia Hora. Um rádio espetáculo pelo fim da violência contra as mulheres”. A terceira dramaturgia ‘É chegada a hora’ está disponível para a venda. Em março de 2019 lançou o livreto “Dramaturgia cênica feminista e análise situada de espetáculos” em mesa de debate no Fevereiro na Dança, em Campinas-SP. Atualmente escreve a partir principalmente das perspectivas da ciência política, anarquismo, artes cênicas e feminismo. Seus escritos vêm também da atuação em movimentos sociais nas áreas de comunicação, feminismo e artes cênicas desde o ano 2000.

Sua pesquisa como bailarina e pesquisadora do movimento pode ser conferida no

www.danielaalvaresbeskow.com

Contato: dab@inventati.org

Índice

- 5 Introdução
- 7 Perspectiva feminista
- 8 Movimentos feministas e movimentos de mulheres no Brasil
- 15 Conceitos
 - 15 A tríade
 - 17 Diferença e semelhança
 - 17 Reconhecendo as estruturas
 - 18 Ação ou reprodução
 - 19 Especificidade e perspectiva
 - 19 Protagonismo e ações pelo fim da violência contra as mulheres
 - 20 Aprofundando o olhar
 - 22 A violência que origina as outras: a não-decisão
- 24 Feminilidade
 - 24 Definindo feminilidade
 - 24 Mulheres brancas e a feminilidade no Brasil
- 30 Patriarcado
- 35 Violência

Introdução¹

Ano de 2019. Nos últimos anos e no mundo todo observa-se o surgimento de novos grupos feministas e movimentos de mulheres, além do fortalecimento de grupos já existentes desde as últimas décadas. Em cada país houve estopins diferentes para esse fortalecimento atual que vem se dando também de forma inter-países, conectando globalmente mulheres em torno de pautas unificadoras, em momentos específicos. No Brasil muito tem acontecido nessa área. Além de se conectar às pautas que se tornam globais, outros países também vem se conectando às pautas aqui propostas.

Alguns marcos globais atuais tecem essa rede potente e latente:

- Marcha das Vadias – Estados Unidos, 2011;
- Ni Una Menos – Argentina, Chile e Uruguai, 2015 e 2016;
- Greve geral das mulheres pelo aborto – Polônia, 2016;
- Primeiro Encontro Internacional, político, artístico, esportivo e cultural de mulheres que lutam. Organizado pelas mulheres zapatistas - México, 2018;
- Mulheres contra Trump (marcha marcada pela cor rosa) – Estados Unidos, 2018;
- Movimentos de mulheres em protesto pelo assassinato de Marielle Franco – Brasil, 2018;
- Movimento pelo aborto (movimento marcado pelos lenços verdes) – Argentina, 2018;
- Cordão de mulheres pelo direito de mulheres entre 10 e 50 anos de idade em entrar em templos hinduístas – Índia, 2019.

No Brasil tem sido muitos os encontros, eventos, grupos, projetos ocorrendo nos últimos anos. Vale reforçar alguns marcos atuais:

- Disseminação de inúmeros grupos Marcha das Vadias pelo Brasil, fortalecendo e originando novos grupos feministas pelo país – 2011
- Fortalecimento das redes e grupos feministas a partir das manifestações de junho de 2013 – 2013
- Marcha das Margaridas com 100 mil mulheres – 2015
- Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver – 2015
- Campanhas digitais de difusão de narrativas contra a violência contra as mulheres, através de #hashtags: “meu primeiro assédio” e “meu amigo secreto” - 2015 e 2016
- Marchas e atos de Mulheres contra o Golpe, em referência ao golpe parlamentar que ocorreu em 2016, destituindo a presidente Dilma Rouseff do cargo – 2016
- Ocupação de escolas e organização de jovens mulheres secundaristas no Brasil – 2016
- Lançamento do Dossiê Femicídio pela Agência Patrícia Galvão - 2016
- Atos em protesto ao estupro coletivo contra adolescente no Rio de Janeiro e contra o estupro no Brasil - 2016
- Caminhada das Mulheres Lésbicas e Bissexuais em São Paulo, homenageando Luana Barbosa e Katia Campos de Gois – 2017
- Mobilizações em protesto ao assassinato de Marielle Franco – 2018
- Lançamento da plataforma Lesbocídio, pesquisa inédita que trás estatísticas sobre a morte de mulheres lésbicas no Brasil - 2018
- Encontro das Mulheres Indígenas de São Paulo, no Pico do Jaraguá e centro da cidade de São Paulo-SP - 2018
- Movimento de mulheres contra Bolsonaro em todo o Brasil, que impulsionou marchas no período eleitoral e também a criação de grupos com grande quantidade de mulheres na rede social Facebook. Destaca-se o grupo “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, que chegou a atingir quase 4 milhões de integrantes. Em janeiro de 2019 o grupo alterou o nome para “Mulheres Unidas com o Brasil” - 2018

1 Escrito em março de 2019

- Lançamento de duas revistas de temática lésbica: Brejeiras, no Rio de Janeiro e Tia Concha, em São Paulo – 2018
- Mulheres denunciam em massa os estupros cometidos por João Teixeira (João de Deus) – 2018
- Mulheres do MST ocupam fazenda improdutivo de João Teixeira, como parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres sem Terra - 2019

Nos últimos anos destacam-se também:

- Fortalecimento da rede de produção de conteúdo feminista no Brasil, tanto digital (internet) quanto impressa, em formatos de revistas e livros. Surgem editoras, séries temáticas e grupos de leitura entre mulheres pelo país;
- Difusão de narrativas feministas no âmbito das artes cênicas – teatro, dança, performance, circo, dramaturgia. No âmbito do audiovisual e da música também vem ocorrendo produção neste sentido
- Recentemente observa-se algum resultado de toda essa movimentação na grande mídia; especialmente após a tipificação do crime de “feminicídio” em 2015 e intensificando-se desde então. Jornais e comentaristas em geral vem abordando com mais frequência a violência contra as mulheres e também com mais frequência a partir de uma perspectiva crítica.

Muitos são os debates e as práticas, advindos de diferentes perspectivas. Em meio às reflexões, se faz necessário aprofundar alguns conceitos chave para este contexto, seja refinando ideias já existentes ou apresentando novas. A cada nova autora, livro, texto, debate, as práticas e trocas de ideias se adensam, originando caminhos coletivos e individuais mais consistentes.

Este livreto tem como objetivo introduzir algumas ideias feministas tendo como referência os debates atuais e também reflexões históricas.

Perspectiva feminista²

A perspectiva feminista é aquela que:

- É experienciada, elaborada e proposta por mulheres;
- É resultado de ambas experiências diretas e indiretas em ser mulher;
- Reconhece que mulheres sofrem violência por serem mulheres;
- Reconhece que a violência contra as mulheres ocorre em vários territórios, de formas diferentes, assim como vem ocorrendo no mundo nos últimos milênios;
- Reconhece que os principais agentes e responsáveis pela violência contra as mulheres são os homens e que os homens são privilegiados por este regime de violência;
- Reconhece que as mulheres são sujeitos políticos e esta ação política deve ser ampliada, reconhecida e deve estar presente na sociedade, sempre;
- Propõe o fim da violência contra as mulheres.

A perspectiva feminista se desdobra em variáveis em função dos sujeitos envolvidos na produção deste discurso e sua localização no tecido social: mulheres brancas, mulheres negras, lésbicas, heterossexuais, indígenas, pobres, ricas, e assim por diante. Produzirão epistemologias diferentes em função das perspectivas em termos de classe social, cultura, território, orientação sexual, etnia, e assim por diante, serem várias. Ainda assim pode-se afirmar que quanto mais essas epistemologias dialogam entre si, mais tornam-se consistentes, pois abrangem mais pontos de vista.

Movimentos feministas e movimentos de mulheres no Brasil³

É importante destacar alguns marcos dos movimentos feministas e movimentos de mulheres no Brasil, além de figuras individuais que tiveram importante atuação na luta pela libertação das mulheres ao longo dos últimos séculos.

Pode-se observar na história do Brasil pós-invasão européia, vários acontecimentos e contextos nos quais mulheres colocaram em prática estratégias individuais ou coletivas por meio da associação com outras mulheres ou liderando e organizando movimentos mistos⁴ de combate à violência a que eram submetidas e de construção de espaços de autonomia. Vistos em conjunto, tais eventos não apresentam trajetória linear, logo, a interpretação sobre eles deve se dar a partir de uma multiplicidade de variáveis. Deve-se também atentar para o fato de que muitas mulheres e lutas ainda permanecem anônimas e desconhecidas, cabendo às pesquisadoras/es realizar intenso trabalho para que a elaboração sobre o presente se torne mais consistente.

É importante destacar que muitas vezes os movimentos ditos “feministas” estiveram muitas vezes apartados dos movimentos ditos “de mulheres” e outras vezes, conectados. Em outros momentos, foram sinônimos. Ainda, movimentos que se intitularam de outras formas e que tinham em sua composição mulheres e também as mulheres individuais que lutaram de várias formas para a libertação das mulheres, são exemplos que compõem as lutas pelo fim da violência contra as mulheres. Nesse sentido, defendo o uso dos termos “movimentos feminista” e “movimentos de mulheres” como complementares e às vezes como sinônimos ou concomitantes. Compondo um mosaico não-linear, resultam no momento presente dos feminismos e das lutas das mulheres no território brasileiro. Independente da nomeação desses movimentos, grupos e pessoas, esta pesquisa optou por abordar um pouco de cada um deles, no breve resumo que segue.

Durante os longos séculos de invasão e ocupação européia no Brasil, também conhecida como “colonização”, em conjunto com a escravização e genocídio de populações negras sequestradas do continente africano e de populações indígenas originárias do território brasileiro, muitas foram as mulheres que reagiram contra esse contexto de violência. Mulheres negras escravizadas lutaram pela sua liberdade de várias formas, sendo uma delas a fuga do cárcere e construção de espaços autônomos com mulheres e homens negros, os quilombos. As mulheres negras libertas e livres também mantinham redes diárias de resistência, através de seus trabalhos e ações cotidianas, muitas vezes de resistência às possíveis voltas à realidade da escravidão, dado a precariedade da liberdade em que viviam, além de agir para a libertação individual de pessoas escravizadas. Em meio a um contexto de extrema violência, a preservação da cultura - trazidas de diversos países da África e mantida de várias formas no Brasil - das pessoas e populações escravizadas, também pode ser considerada como um fator de resistência das mulheres e homens negros (SILVA, 2010.; SAMPAIO, CAVALCANTE, 2012).

Alguns marcos da resistência de mulheres negras à escravização: Thereza de Benguela e o Quilombo do Quariterê no Mato Grosso no séc. XVIII (PRATER, 2011; CAMILO, 2017, TEIXEIRA DE SÁ JUNIOR, 2015), Aqualtune e o Quilombo dos Palmares no Recife, Zeferina e o Quilombo do Urubu em 1826 em Salvador, Luiza Mahin e a Revolta dos Malês em 1835 (GONÇALVES, 2011). A resistência das mulheres indígenas vem ocorrendo de diversas formas ao longo dos últimos séculos. De acordo com Eliane Potiguara o suicídio em massa foi um ato de resistência indígena durante o período de escravização (POTIGUARA, 2018). Hoje, mulheres e

3 Trecho da dissertação de mestrado de Daniela Alvares Beskow “O discurso das mulheres na cena paulistana de 2015-2016: uma proposta feminista de análise de espetáculos”. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2017. P. 27-33. Revisado e atualizado em março de 2019.

4 Espaços mistos, nesta frase, refere-se a espaços onde existem mulheres e homens.

homens indígenas travam uma das principais lutas do movimento indígena que é a demarcação de terras indígenas.

No fim do séc. XIX e início do séc. XX ocorreram dois movimentos importantes no que diz respeito à luta das mulheres: as reivindicações trabalhistas e a reivindicação das mulheres pelo voto e por serem votadas. As lutas das trabalhadoras de fábrica no início do séc. XX estiveram presentes nas ligas operárias e sindicatos através de intensa mobilização para a melhoria de condições de trabalho, fim das violências a que estavam submetidas em locais de trabalho e criação de legislação trabalhista, algumas culminando em greves e paralisações (FRACCARO, 2016). As mulheres também estiveram bastante presentes nos movimentos anarquistas, atuando em sindicatos anarquistas, produzindo jornais e revistas, e realizando ações artísticas, como a produção de peças teatrais. Um dos órgãos que se destacou foi a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas.

Uma das expoentes anarquistas foi Maria Lacerda de Moura, que lutou na área da educação, produzindo jornais, escrevendo e participando de organizações (MIRANDA, 2006). Foi uma das fundadoras da Federação Internacional Feminina e se opunha às táticas que centravam as lutas na conquista do voto, como aquelas lideradas por Bertha Lutz, fundadora da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (AGUIAR, MORAES, 2017.; DIAS, 2003.; PINTO, 2010). A luta pelo voto caracterizou uma das lutas pela cidadania das mulheres nessa época. Nesse quesito, havia nítida demarcação de desigualdade em relação aos homens, expressa na proclamação da república em 1889, que determinava a possibilidade do voto apenas para homens e dentre estes, apenas os alfabetizados e com posses. O Brasil república mostrava seus traços patriarcais e racistas desde o início (KARAWJCZYK, 2010).

A década de 30 tem um importante marco que é o início do voto das mulheres em 1932. Em 1936, também ocorre a fundação da Associação das Empregadas Domésticas em Santos, por Laudelina de Campos Mello e outras mulheres. Fechada durante o Estado Novo, nova instituição ressurgiu em 1961 na cidade de Campinas-SP, sob o nome de Associação das Empregadas Domésticas em Campinas (CARDOSO, 2008).

Outro momento histórico marcado pela presença das mulheres nas lutas por direitos e pela democracia foi na ditadura militar de 1964 a 1985. Envolvidas na luta armada ou movimentos civis, organizaram-se dentro e fora do país, em grupos mistos ou apenas entre mulheres, pelo fim do regime autoritário. Organizações feministas brasileiras também surgiram entre mulheres exiladas, como por exemplo, na França da década de 1960 e 70 (MORAES, 2007.; SARTI, 2001), posteriormente fundando jornais e organizações no Brasil (TELES; LEITE, 2013).

A década de 70 e 80 foi marcada, no estado de São Paulo, pelo movimento de creches, mobilizando mulheres das classes pobres por estrutura de trabalho fora do âmbito doméstico (ROSEMBERG, 1984) e também marcada pela data de 1975, estabelecida como o Ano Internacional da Mulher, pela Organização das Nações Unidas (ONU). O movimento pela anistia, que se deu em 1979, foi iniciado por mulheres, através do Movimento Feminino pela Anistia, vindo a compor posteriormente o Movimento pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita (VARGAS, 2008). A década de 70 expressou fortes alianças entre movimentos feministas, movimentos de mulheres, organizações de esquerda e a Igreja Católica, através da vertente da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base. Nesse momento, os movimentos populares relacionados à moradia e infraestrutura urbana básica foram importantes aglutinadores dos movimentos de mulheres. Em 1975 ocorre também a Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México, nesta década que foi considerada a década das mulheres. Em 1976 é também inaugurado o GRUMIM, grupo de mulheres indígenas (POTIGUARA, 2018).

No ano de 1980 é fundada a Casa da Mulher do Nordeste (CMN), destinada a fortalecer as mulheres através do aspecto econômico, político e do trabalho, tendo como uma de suas bases a agroecologia e a igualdade racial. A década de 80 também foi marcada por movimentos de mulheres lésbicas. Em São Paulo circula o jornal Chana com Chana, de 1981 a 1987, organizado pelo Grupo de Ação-Lésbico Feminista (GALF). 1988 foi um ano marcado pelo I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), reunindo mulheres de 17 estados e sendo um marco importante na organização de mulheres negras no país. Importante também destacar a luta pela descriminalização do aborto, desde a década de 70 até os dias atuais, sendo seu debate, iniciado no meio médico e da saúde e logo se fez presente nos movimentos feministas e de mulheres (BARSTED, 2009). A década de 80 também teve presença de importante movimento que atuou frente a elaboração da Constituição de 1988, através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CDNM), que impulsionou a campanha nacional “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” e a “Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte” (COSTA, 2005). Foi também a década de fundação das Delegacias da Mulher, criadas por todo o Brasil a fim de atender casos de violência contra as mulheres. Foi o Conselho da Condição Feminina de São Paulo o primeiro órgão a propor a existência das delegacias especializadas. 1985 é também o ano de criação dos abrigos para mulheres vítimas de violência. A década de 80 foi também marcada por inúmeros movimentos e organizações que lutaram pelo fim da violência contra as mulheres, ocasionando mudanças a nível estatal, com criação dos Conselhos da Mulher e a nível jurídico, ocasionando em alterações na lei, por exemplo, nas que diziam respeito à estupro. Ainda na década de 80, foram criadas as primeiras associações de mulheres indígenas (VERDUM, 2008). 1988 marca o surgimento da ONG Geledés, que atua até os dias de hoje em prol das mulheres negras (GELEDÉS).

A década de 90 foi marcada por alguns eventos internacionais organizados pela ONU e que tiveram grande impacto nas organizações feministas: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ou Eco-92), em 1992 e a Conferência de Beijim (Pequim), ou IV Conferência Mundial sobre Mulheres, em 1995 (GUARNIERI, 2010). Nesta década parte do movimento feminista também esteve bastante ligado às ONGS (Organizações Não-Governamentais) (CADORI, 2014.). Ainda na década de 90 teve início o Seminário Fazendo Gênero, encontro acadêmico que reúne pesquisadores da área de todo o Brasil até os dias de hoje. Em 1996 foi também instituído o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, no SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas), organizado pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ). Em 1999 o Brasil sedia o ELFLAY (Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe).

O momento contemporâneo, entendendo este período como aquele que se inicia no séc. XXI, vem sendo marcado por um novo momento dos movimentos feministas e de mulheres. Como todo momento atual, é difícil de ser analisado, pois, os agentes que o originam, estão em constante movimento. Pode-se dizer que as décadas de 80 e 90 forneceram as bases para os feminismos atuais, no que diz respeito à pluralidade de sujeitos de fala e a relação que se explicitou entre eles, a partir das mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres indígenas, mulheres brancas, mulheres pobres, mulheres de classe média, mulheres de áreas rurais ou áreas urbanas, sindicalistas, feministas acadêmicas, etc. Ao fim da década de 90 também tornou-se cada vez mais evidente a divisão entre os movimentos feministas que atuavam junto ao Estado, em uma perspectiva institucional e os movimentos feministas que propunham ações fora desse âmbito e independentes de fomentos financeiro de países ricos. Em relação à política representativa, houve uma mudança de planos nacionais de governo, de uma política neoliberal que prevaleceu nos anos 90 para uma política mais à esquerda a partir dos anos 2000, ainda que a partir de proposta conciliadora com a direita. Essa mudança de perspectiva governamental foi importante elemento no contexto de novo impulso para os movimentos sociais.

Também deram impulso à explosão recente do feminismo no Brasil alguns elementos como o movimento internacional Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e o FSM (Fórum Social Mundial).

A MMM surgiu em 2000, sendo atuante em vários países do mundo, incluindo o Brasil. Inspiradas pela Marcha Pão e Rosas, realizada em Québec - Canadá, a MMM no Brasil realizou uma marcha com duração de dez dias no período de março de 2000. Com a presença de três mil mulheres, caminharam de Campinas - SP a São Paulo - SP com o lema “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. A campanha teve fim em outubro do mesmo ano e o movimento é presente até os dias de hoje em várias regiões do Brasil, com uma agenda cotidiana de lutas, que visa relacionar as lutas das mulheres urbanas com as mulheres rurais. O Fórum Social Mundial (FSM) tem sua primeira versão em 2001, em Porto Alegre – RS, marcando grandes encontros internacionais de movimentos populares e de esquerda, assim como atos de rua. Foi na edição de 2003 do FSM que foi impulsionado o surgimento da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). Em 2011 teve impulso no Brasil o movimento Marcha das Vadias - que surgiu no Canadá no mesmo ano e se alastrou internacionalmente. Em vários estados formaram-se grupos em torno de temas como a violência contra as mulheres e os direitos ao próprio corpo.

De 2000 até os dias atuais muito aconteceu no terreno das lutas feministas e de mulheres. Ressalto alguns elementos no âmbito jurídico e institucional relevantes para a reflexão, somando aos eventos já citados na introdução:

- Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12528/2011 e instituída em maio de 2012 com o objetivo de “apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”. A Comissão existiu até 2014 e foi importante instrumento para apurar violações contra mulheres e homens presos, torturados, assassinados e desaparecidos na ditadura militar de 1964-1985 no Brasil.
- Criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), em 2003, pelo governo Lula. De 2003 a 2015 a Secretaria foi elemento importante na promoção de ações para o combate às desigualdades sociais entre homens e mulheres (ONU MULHERES, 2016), como segue abaixo. Em 2016, após as reformas administrativas realizadas pelo governo não-eleito pelo voto popular de Michel Temer, que extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos humanos, onde a SPM era vinculada desde 2015, o órgão passou a ser chamado de Secretaria Especial para os Direitos das Mulheres (SPEM), vinculando-se ao Ministério da Justiça e Cidadania (AGÊNCIA BRASIL, 2018). O governo Bolsonaro, que tomou posse em 01 de janeiro de 2019, orientado por ideias de extrema-direita, fundiu o Ministério da Justiça junto ao Ministério dos Direitos Humanos e FUNAI, originando o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (BBC, 2019). A SPEM foi extinta. De acordo com Carolina de Assis, o governo vem promovendo uma “cruzada antifeminista” no Brasil (ASSIS, 2019).
- Programa Mulher e Ciência, cujos objetivos foram “estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País” e “promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas” (CNPQ, 2017). Um dos eixos do programa era o Prêmio Igualdade de Gênero, realizado em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC); a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e a ONU Mulheres. “Consiste em um concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos na área das relações de gênero, mulheres e feminismos e tem [tinha] por objetivo estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país e sensibilizar a sociedade para tais questões.” (PRÊMIO IGUALDADE DE GÊNERO, 2017). A última edição do prêmio ocorreu em 2015, e após o golpe parlamentar, cessou. Durante seus anos de existência, recebeu milhares de inscrições e premiou dezenas de pesquisadoras(es), contribuindo enormemente para as pesquisas da área no país. O material foi publicado em livros e pode ser acessado neste link: <http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>;
- A criação da Lei Maria da Penha, em 2006, aprofundando as definições sobre as violências contra as mulheres no campo jurídico;

- Criação do Dia Nacional de Teresa de Benguela e da Mulher Negra em 2014, que é a data de 25 de julho, em homenagem à Teresa de Benguela, líder e rainha quilombola que viveu no Brasil no séc. XVIII;
- Inclusão na lei sobre homicídio, em 2015, que passa a tipificar o crime de feminicídio, caracterizando a violência contra a mulher pelo fato de ser mulher;
- Proibição em qualquer hipótese: do casamento forçado de homens adultos com meninas que ocorria em troca da não-aplicação de punição ao agressor por estupro de vulnerável; e casamentos de homens adultos com adolescentes, o chamado “casamento infantil”. A lei passa a estabelecer que o casamento envolvendo pessoas abaixo de 16 anos é crime. Alteração do artigo 1.520 do Código Civil - Março de 2019.

Todos estes acontecimentos jurídicos e institucionais são interpretados como resultantes das movimentações e pressões realizadas pelo movimentos feministas e movimentos de mulheres ao longo dos últimos anos no Brasil.

Atualmente os movimentos feministas tem se confrontado com inúmeros debates advindos das relações cada vez mais estreitas entre os sujeitos da luta feminista, fortalecendo a conexão entre as lutas feministas através de enfoque crescente na luta contra o racismo e desigualdades sociais, além do questionamento sobre a heterossexualidade compulsória. Os movimentos vêm questionando cada vez mais o fato de nos espaços de poder e de tomada de decisão haverem majoritariamente homens e conseqüentemente poucas mulheres. Vem também colocando em xeque não apenas as relações de poder, privilégio e contextos diversos de existência entre mulheres – mulheres brancas, mulheres negras e indígenas; mulheres ricas e mulheres pobres; mulheres heterossexuais e mulheres lésbicas; mulheres das áreas urbanas e mulheres das áreas rurais – como também o conhecimento produzido por cada um desses grupos e dos indivíduos dentro deles. Pode-se dizer que os feminismos advindos dos contextos desprivilegiados socialmente, ou seja, da população negra, da população indígena, da população pobre, da população periférica e população lésbica vem contestando os locais de fala e contextos dos grupos dominantes, no que diz respeito às relações de raça/etnia, classe social, orientação sexual e território, compostos tanto por homens quanto por mulheres, porém, ocupados, mantidos e produzidos por estes sujeitos de formas distintas.

Referências bibliográficas

Por ordem de citação:

- SILVA, Maria da Penha. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista Cadernos Imbondeiro.V.1, n.1. João Pessoa, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/viewFile/13509/7668> Acesso em: 28/03/2019.
- SAMPAIO, Patricia Melo.; CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. Histórias de Joaquinas: mulheres, escravidão e liberdade (Brasil, Amazonas: séc. XIX). Afro-Ásia. N.46, Salvador, 2012.
- PRATES, Elen Luci. A construção da identidade feminina das mulheres de Vila Bela da Santíssima Trindade. Revista Saberes em Rede Cepafro de Cuiabá/MT. Jul./Dez 2011. Disponível em: http://www.cefaprocuiaba.com.br/revista/up/ARTIGO%20V%20-%20A%20CONSTRU%20DA%20IDENTIDADE%20FEMININA%20DAS_1.pdf Acesso em: 28/03/2019.
- CAMILO, Jane Josefa da Silva. Resistência nos quilombos e terras quilombolas de Mato Grosso. Anais do VIII SEAD “O político na análise do discurso: contradição, silenciamento, resistência”. Recife, 12 a 15 de 2017. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/8SEAD/POSTERES/POSTER%20E5_JCamilo.pdf Acesso em 28/03/2019.
- TEIXEIRA DE SÁ JUNIOR, Mario. “Outros guardiães de uma mesma fronteira: o papel do quilombo do Quariterê na fronteira oeste do Mato Grosso do Sul”. Revista de História da UEG – Anápolis, vol.4, n.1. p.01-16, jan./jun. 2015 Disponível em:

<file:///C:/Users/pesquisa.BC/Downloads/3458-Texto%20do%20artigo-11984-1-10-20150728.pdf>

Acesso em 28/03/2019.

GONÇALVES, Aline Najara da Silva. Luiza Mahin: uma rainha africana no Brasil. Rio de Janeiro: CEAP, 2011. Disponível em: http://www.institutobuzios.org.br/documentos/Luiza%20Mahin_Uma%20Rainha%20Africana%20noBrasil.pdf Acesso em 28/03/2019.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Os direitos das mulheres – organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 198 f. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/321562/1/Fraccaro_Glaucia_D.pdf Acesso em: 20/08/2017.

MIRANDA, Jussara Valéria de. “Recuso-me!” Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós Graduação em História. 2006. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16458/1/JVMiranda1DISSPRT.pdf> Acesso em 20/03/2019.

AGUIAR, Mônica Heinzelmann Portella de.; MORAES, Isaías de Albertin. Redescobrimo Maria Lacerda de Moura: 130 anos de nascimento. Portal da Unesp Ciência, 01 agosto. 2017. Disponível em: <http://unespciencia.com.br/2017/08/01/direitos-fem-88/> Acesso em: 28/03/2019.

DIAS, Mabel. Mulheres anarquistas. O resgate de uma história pouco contada. Imprensa Marginal. Coletivo Insubmiss@s: João Pessoa, 2003. Disponível em:

<https://ielibertarios.wordpress.com/2017/03/20/mulheres-anarquistas-o-resgate-de-uma-historia-pouco-contada/> Acesso em 28/03/2019.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Revista de Sociologia e Política. Vol. 18. N.36 – Dossiê Teoria Política Feminista. Curitiba, junho de 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003 Acesso em 28/03/2019.

KARAWEJCZYK, Mônica. Uma paulista na luta pela cidadania política: Diva Nazário e sua tentativa de alistamento em 1922. Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo. N.45, dez. 2010. Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao45/materia05/> Acesso em 28/03/2019.

CARDOSO, Cláudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. Apresentado no Seminário Fazendo Gênero 8 “Corpo, Violência e Poder”. Florianópolis - SC, 2008. Disponível em:

http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Claudia_Pons_Cardoso_69.pdf Acesso em: 28/03/2019

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O encontro marxismo-feminismo no Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; Reis, Daniel Araújo. (Orgs.). História do Marxismo no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SARTI, Chyntia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Cadernos Pagu. N.16. Feminismo em questão, questões do feminismo, 2001. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003 . Acesso em 28/03/2019.

TELES, Amelinha.; CRUZ, Rosalina Santa. Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

ROSENBERG

VARGAS, Mariluci Cardoso de. O movimento feminino pela anistia como partida para a redemocratização brasileira. Trabalho apresentado no Encontro Estadual de História, 9, 2008. Porto Alegre- RS. Org. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul – ANPUH – RS POTIGUARA, Eliane. Metade cara, metade máscara. Lorena: DM Projetos Editoriais, 2018.

BARSTED, Leila Linhares. O movimento de mulheres e o debate sobre aborto. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da.; BARBOSA, Regina Maria. (Orgs.). Aborto no Brasil e Países do Cone Sul:

Panorama da Situação e dos Estudos Acadêmicos. Campinas: Núcleo de Estudos da População – NEPO. Unicamp, 2009

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. Revista Labrys Estudos Feministas. Janeiro/julho 2005. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys7/liberdade/anaalice.htm> Acesso em: 28/03/2019.

VERDUM, Ricardo (Org.). Mulheres Indígenas: Direitos e Políticas públicas/Ela Wiecko V. de Castilho. ... [et al]. - Brasília: Inesc, 2008.

GELEDÉS. <https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/>

GUARNIERI, Tathiana Haddad. Os direitos das mulheres no contexto internacional – da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijim (1995). Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery. Curso de Direito. N.8, Jan/Jun 2010. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/MzUx.pdf> Acesso em 28/03/2019.

AGÊNCIA BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres será vinculada à Ministério. 21/06/2018. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-06/secretaria-de-politicas-para-mulheres-sera-vinculada-ministerio> Acesso em: 22/03/2019.

ONU MULHERES. Balanço da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres constata superações e desafios para as brasileiras. 12/05/2016. Disponível em:

<http://www.onumulheres.org.br/noticias/balanco-da-secretaria-de-politicas-para-as-mulheres-constata-superacoes-e-desafios-para-as-brasileiras/> Acesso em 21/03/2019.

BBC NEWS BRASIL. Governo Bolsonaro: entre recuos e polêmicas, entenda 3 mudanças importantes na nova Esplanada. 14 de janeiro de 2019. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46830380>

ASSIS, Carolina de. A cruzada anti-feminista do governo Bolsonaro. Revista Gênero e Numero. 21 de fevereiro de 2019. <http://www.generonumero.media/cruzada-sara-winter/>

CADORI, Nathália Boni. As ONGs e o movimento feminista no Brasil na década de 1990. In: Encontro Estadual de História: “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, XV, 2014.

Florianópolis, SC. Anais (online). Disponível em: http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405884231_ARQUIVO_Ongsemovimentofeminista-NathaliaCadore-ANPUHSC2014.pdf Acesso em: 28/03/2019.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2017. Disponível em: <http://cnpq.br/apresentacao-mulher-e-ciencia> Acesso em 28/03/2019.

PRÊMIO IGUALDADE DE GÊNERO disponível em:

<http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html> Acesso em 28/03/2019.

PUTTI, Alexandre. A semente virou árvore: 1 ano após morte, Marielle é símbolo mundial. Revista Carta Capital, 14 de março de 2019. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-semente-virou-arvore-1-ano-apos-morte-marielle-e-simbolo-mundial/> Acesso em: 24/03/2019.

Conceitos⁵

A tríade

Observa-se três noções importantes e recorrentes no que se refere ao entendimento do que é ser mulher nas sociedades. Estas noções estão difundidas entre homens e mulheres, sendo reproduzidas por ambos grupos, muitas vezes com significados diferentes. O conceito “mulher” se desdobra em três elementos, na língua portuguesa brasileira:

- 1- Pessoa do sexo feminino (fêmea da espécie humana)
- 2- Mulher
- 3- Pessoa feminina

Essas três noções possuem cada qual seu correspondente:

- 1- Femeidade
- 2- Mulheridade
- 3- Feminilidade

Destrinchemos cada uma delas.

A pessoa do sexo feminino, que experiencia a femeidade, é aquela que desde a fecundação (encontro do óvulo com o espermatozóide) se constitui geneticamente como “xx” e então nasce com características corporais específicas desta condição. Ao longo de sua vida produz de forma autônoma, substâncias, como por exemplo os hormônios, óvulos, sangue uterino, etc. Essas substâncias realizam a manutenção deste corpo, reproduzindo-o com o passar dos anos, em suas diferentes fases de vida. As características são primárias e secundárias e se transformam ao longo dos anos, em termos de intensidade, velocidade ou mesmo cessar de substâncias em certo momento. Estas fases e intensidade ou mesmo existência de certas características variam de pessoa do sexo feminino para pessoa do sexo feminino.

Se diz que uma humana do sexo feminino é uma fêmea de sua espécie. Na língua portuguesa falada no Brasil, não é comum dizer que humanas são fêmeas, se diz “ser humano do sexo feminino”. No Brasil tanto os termos “fêmea” e “macho” são utilizados para referir-se à animais. Na língua inglesa, por ex., é de uso corrente o termo “female” (fêmea) para designar a pessoa do sexo feminino ou mesmo “mulher”. Na frase “I have a female friend”, a tradução é: “Eu tenho uma amiga”, ou “Eu tenho uma amiga mulher” (o que no português seria uma redundância, já que o termo “amiga” não é neutro como “friend”, ou seja, já determina que a amizade é com uma pessoa do sexo feminino). A tradução literal desta frase para o português é: “Eu tenho uma amiga fêmea”. Por conta dessas diferentes concepções no que se refere à construção histórica de cada linguagem, por vezes, há confusões nas traduções ou mesmo nos entendimentos teóricos sobre os termos utilizados nos textos em inglês e em português. Muitas vezes o termo “female” é traduzido como “feminilidade” ou “feminina”, quando está se referindo ao “feminino”, ou seja, ao “sexo feminino”.

O conceito “mulher” e logo, a experiência da mulheridade, deriva tanto da realidade enquanto pessoa do sexo feminino como das construções sociais e históricas associadas às mulheres. Estas, ocorrem tanto a partir das experiências entre mulheres, como a partir das construções sociais e históricas advindas das experiências entre mulheres e homens, ou seja, a partir do contexto de violência patriarcal, já que nos espaços mistos os homens se impõe. Algumas autoras optam por

associar o termo “mulher” predominantemente à sua realidade genética e outras, à realidade socialmente construída entre mulheres, ou então àquela socialmente construída através de conceitos patriarcais. Outras ainda, defendem o termo “mulher” como uma mistura dessas três associações. Socialmente, porém, são essas três associações que definem e constroem a experiência das mulheres. Optar por enfatizar uma ou outra associação, significa interpreta-la como fundamental, estruturante ou definidora da realidade de ser mulher, tornando as outras associações, secundárias.

“Feminilidade” é a experiência socialmente construída a partir da interpretação patriarcal sobre como deveria ser uma mulher. Este conceito está associado tanto às pessoas do sexo feminino como ao conceito “mulher”. Entre mulheres, há também uma interpretação que associa o termo “feminilidade” ao de “femeidade”, ou seja, “feminilidade” seria a experiência de pessoas do sexo feminino enquanto pessoas do sexo feminino, em seu contexto social, seja individual ou coletivo. Muitas vezes esta última interpretação deriva de conceitos do pensamento patriarcal, resultados de milênios de impedimento das habilidades políticas e assertivas das mulheres em favor de suas habilidades acolhedoras, resultando em um pensamento híbrido, mas, que infelizmente, gera confusão nos círculos de mulheres. Segundo o argumento biológico, ser gentil ou educada, faria parte de um comportamento naturalmente acolhedor, que segundo algumas mulheres, está associado de forma natural à mulher devido à sua capacidade reprodutiva. Linhas de pensamento contrárias, defendem que a possibilidade de gerar um vida e nutri-la nos primeiros meses de vida, não corresponderia à uma personalidade necessariamente acolhedora e delicada da mulher, até porque nem todas engravidam ou cuidam de filhos ou pessoas. A mescla dos pensamentos que associam acolhimento ao aspecto natural da mulher com os pensamentos patriarcais, é observado na exigência social da feminilidade, que corresponde à docilidade e acima, de tudo, passividade, não-assertividade. A não-assertividade, travestida de acolhimento, existe para que a masculidade, ou seja, a assertividade associada à violência, tenham espaço para existir. Ou seja, constata-se que a feminilidade existe apenas enquanto oposto necessário da masculidade, dentro do pensamento que define a feminilidade enquanto derivação necessária da experiência da pessoa do sexo feminino e associada de forma também necessária à construção social patriarcal que se faz deste sexo. As características associadas às mulheres passam a ser definidas pela não-assertividade: o não-enfrentamento direto, passividade, entre outras. A delicadeza e acolhimento são definidos a partir da não-assertividade, minando a possibilidade de imaginarmos acolhimentos assertivos, por exemplo. Também existe teoria que defende que a feminilidade deriva de forma necessária da experiência do sexo feminino em si, de forma genética ou essencial, sem qualquer relação com a construção social do masculino, mas, ainda, associando-se como oposto necessário ao masculino que haveria nos homens também de forma genética e essencial. Há também as que defendem que a feminilidade é uma construção social tal que existe apenas no social, podendo ser reproduzida ou observada em homens. Há também as que afirmam a feminilidade seria uma essência, podendo ser encontrada em qualquer pessoa. A perspectiva aqui defendida é que a feminilidade é uma construção social associada às mulheres, construída pelos homens e que violenta as mulheres.

Tanto a delicadeza quanto a agressividade não são resultado de características genéticas, ou seja, são estados ou expressões que podem ser encontradas em todas as pessoas, em função de situações do cotidiano. Tanto homens quanto mulheres manifestam momentos de delicadeza e momentos de agressividade ao longo de suas vidas. Porém no contexto patriarcal, é regra tácita - e em muitos lugares e épocas, institucionalizada através de seus desdobramentos na regência da vida social - que a delicadeza fique à cargo das mulheres e a agressividade, dos homens. Então, a agressividade se desdobra em violência e a delicadeza, em passividade. Esse sistema de ações e significados vem sustentando o patriarcado em diversas sociedades ao longo dos últimos milênios, produzindo contextos de alarmante violência contra as mulheres, ainda que sejam concomitantes à existência de processos onde as mulheres exercem-se enquanto sujeitos políticos. Porém, pode-se afirmar que a violência contra as mulheres predomina, como um alicerce estruturante do regime patriarcal.

Diferença e semelhança

Entre si, mulheres se assemelham pelo fato de serem mulheres e ao mesmo tempo se diferenciam, por razão dos diferentes contextos sociais onde estão inseridas; por conta de suas diferentes origens étnicas e as estruturas sociais de hierarquização entre elas; pelas diferentes orientações sexuais e logo, cotidianos díspares; e também contextos territoriais e culturais, resultados de processos históricos. Diferença e semelhança existem de forma concomitante.

Há as teorias que defendem o conceito “classe sexual”, de onde viria a “classe das mulheres” e então a “consciência de classe”. A classe das mulheres é aquela constituída por mulheres. Dois elementos definem este grupo: o fato de serem mulheres e o fato de serem violentadas por serem mulheres. Em cada sociedade esta violência se dá de formas diferentes, mas, todas são identificadas pela predominância dos homens nos processos de tomada de decisão coletiva - decidindo os rumos da vida de homens e mulheres - e nos processos de decisão que definem diretamente o cotidiano das mulheres, inclusive definição e acesso aos seus corpos, como por exemplo o estupro, o estupro de meninas, o estupro marital, a violência verbal com conteúdo sexual nos espaços mistos ou a definição das vestimentas que mulheres devem usar. A consciência de classe é aquela que surge a partir da percepção que ocorre nas mulheres, de que várias mulheres sofrem violência pelo fato de serem mulheres, ou seja, a violência não é algo individual, mas, coletivo, contextual. A ideia da consciência de classe sugere a organização das mulheres enquanto grupo, através da solidariedade; do entendimento dos contextos individuais enquanto elementos políticos, pois fazem parte de um todo; e da ação de enfrentamento desta violência, ou seja, a não-aceitação desta, a luta feminista.

Visto de forma simplificada o conceito “classe das mulheres” parece simples, porém, ganha complexidade quanto nos aprofundamos sobre a questão das diferenças e não das semelhanças. As diferenças existem por conta de violências provenientes de mais regimes de dominação: o capitalismo, que gera desigualdades econômicas; o racismo, que gera violência de alguns grupos étnicos contra outros grupos étnicos, institucionalizada de formas diferentes nos diferentes países e também de forma global a partir da relação entre os povos; e a heterossexualidade institucionalizada, que violenta pessoas não-heterossexuais. E mulheres estão inseridas nesses vários grupos, exercendo também violência direta contra mulheres localizadas em grupos diferentes dos seus, ou seja, a partir destes parâmetros da diferença. Exercem também violência indireta, quando privilegiam-se destes contextos e não fazem nada para altera-los. É portanto um desafio não apenas para o conceito de classe das mulheres, como para o feminismo como um todo e principalmente para as mulheres privilegiadas de alguma forma, entenderem-se como responsáveis pela manutenção e também pela transformação dos regimes de dominação, de forma a se responsabilizar pelos processos coletivos e se empenhar para que as condições de vida de todas as mulheres estejam livres de violência.

Importante ressaltar que para além destes parâmetros da diferença, mulheres também violentam a partir de outros parâmetros. A violência também pode ocorrer dentro de um mesmo grupo social, por exemplo. E além dos parâmetros estruturais, há aqueles que também são geradores de violência, como por exemplo a questão etária, sendo por vezes as pessoas jovens as violentadas, por vezes, as pessoas velhas; e a questão da deficiência física, que também violenta e exclue pessoas dos espaços, trânsitos e reconhecimento.

Reconhecendo as estruturas

Uma das questões que se coloca é se o patriarcado é o gerador e sustentador dos outros regimes de dominação ou se eles seriam regimes independentes, ainda que se sustentem uns nos outros. Ou ainda, se eles existem de forma independente mas um deles existe enquanto força maior. Para essas hipóteses é necessário observar e analisar as várias organizações sociais presentes em vários povos e países ao longo dos últimos milênios. A busca teórica por sociedades onde as mulheres decidem

sobre as questões coletivas e ocupam os espaços coletivos na mesma medida que os homens, sem risco de sofrerem violência por serem mulheres e ao mesmo tempo onde haveriam violências de outros tipos, seria uma das pistas para sugerir que o patriarcado não é o sustentador de todas as violências. Por outro lado, o que se pode observar nos últimos séculos é que os regimes de dominação racista, capitalista e heterossexual, vem sendo sustentados por homens tomando decisões a respeito dessas violências coletivas. Em seus cargos de poder: monárquico, presidencial, policial, judiciário, religioso, homens vem decidindo a favor dos que tem poder e contra os grupos socialmente fragilizados ou que conseguem dominar. É importante observar que nos fluxos mundiais de poder, onde o Ocidente tem predominado econômica e politicamente nos últimos séculos, estão nesses cargos os homens brancos, em geral ricos, e majoritariamente, heterossexuais, ao menos, aos olhos da sociedade. E nos povos e países asiáticos, negros, indígenas, também observa-se intensa violência contra as mulheres e estruturas onde quem decide sobre as questões coletivas - em especial as questões políticas, econômicas e militares, além daquelas que decidem sobre os rumos das vidas conjugais das mulheres, muitas vezes sendo obrigadas a casamentos, sempre heterossexuais, com homens escolhidos não por elas, mas, pelas famílias e comunidades onde estão inseridas - são majoritariamente os homens. Ainda, a falta de registros históricos muito antigos - já que são destruídos pela própria passagem do tempo - dificulta as pesquisas sobre as origens da violência no mundo.

Ação ou reprodução

Outra questão também importante a analisar é de que forma algumas mulheres ou grupos de mulheres reproduzem essas violências através da transmissão de poder. É uma divergência teórica se as mulheres que reproduzem a violência patriarcal seriam protagonistas da violência ou vítimas desta. Uma das chaves para esta questão é: é a classe das mulheres ou a classe dos homens que é mantida predominante nas relações sociais e estruturas políticas como resultado desta reprodução, ou como diria algumas, manutenção das violências contra as mulheres? Adianto a resposta: enquanto que os homens continuam no poder, ou seja, se perpetuam estruturalmente como privilegiados do sistema patriarcal como um todo, as mulheres que reproduzem a violência recebem apenas benefícios. Ênfase em especial os benefícios afetivos que acessam ao reproduzir ou manter a violência: atentemos para as esposas que protegem seus maridos quando cometem violência contra outras mulheres, mulheres que protegem seus maridos (os pais) ou seus irmãos (os tios) que estupram ou assediam sexualmente suas filhas, mulheres que protegem seus filhos machistas. Muitas vezes protegem esses agressores eventuais (ou constantes) com vistas a garantir a manutenção de seu cotidiano, estruturado na certeza de uma companhia (o casamento heterossexual). A busca dessa certeza se dá também pelo reforço social da insegurança em mulheres. O patriarcado produz mulheres socialmente frágeis, objetificadas sexualmente, e junto a vários outros fatores, inclusive os fatores de violência étnica, resulta em grande quantidade de mulheres com baixa autoestima. Muitas vezes essa baixa autoestima busca apoiar-se em outros elementos e pessoas, que ao invés de transforma-la e impulsionar a assertividade nas mulheres, reforçam a baixa autoestima, pois estas pessoas também beneficiam-se desta, nas mulheres. Como é o caso da regra (e não da exceção) dos casamentos heterossexuais em muitas culturas. Homens se colocam como a certeza e reforçam nas mulheres, a dúvida, a insegurança, a hesitação. Vê-se que ao fim do ciclo, a mulher beneficia-se em um aspecto individual, mas no todo, está contribuindo para a manutenção de um sistema que a violenta. Desta reflexão vem também a questão sobre homens que violentam outros homens no processo de reprodução do sistema patriarcal (não falo aqui da violência racista, econômica ou homofóbica). Homens são vítimas quando violentados, mas, ao fim do ciclo, estão sendo integrados a um sistema que os beneficia. Por isso não é coerente afirmar que homens “também são vítimas do machismo”. Estas questões, inconclusas, podem servir como norte para as ações feministas atuais.

Especificidade e perspectiva

Um pensamento recorrente e que é também fruto do pensamento patriarcal é que mulheres são específicas. Estar em um grupo de mulheres seria estar “isolada” do resto da sociedade, realizando uma “segregação”, já que “impediria” o acesso de homens à estes espaços. O mesmo pensamento é replicado quando se fala de mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres indígenas. Se diz que estar em um grupo de semelhantes, ou ainda, sendo a não-semelhante dentro em um grupo onde predomina a semelhança entre as outras mulheres, a mulher estaria afastando-se do resto da sociedade. Há quase um alívio por parte de algumas mulheres quando recorrem à espaços mistos de sociabilidade, por se sentirem integradas e não “isoladas”. Estes pensamentos merecem algumas reflexões.

Primeiro é importante entender que não existe o específico apenas para alguns elementos, pois, tudo é específico. Todos os elementos são elementos singulares, pois se diferenciam do todo de alguma forma. Se considerarmos o todo como o grupo dos humanos, então tanto homens quanto mulheres são específicos. Tanto pessoas heterossexuais como homossexuais são específicos. Ocorre que o pensamento patriarcal estabelece que o geral, o neutro, a regra, o parâmetro é o homem. Assim como o pensamento racista estabelece que o parâmetro é a pessoa branca, e o pensamento heterossexual determina que o neutro é a pessoa heterossexual. A mulher, as pessoas negras, indígenas e homossexuais são classificadas nos pensamentos dominantes como “o outro”. Logo, espaços entre mulheres não são específicos, tampouco isolados, são espaços para o possível. Onde é possível que semelhantes se integrem, pois, nos espaços mistos, essa integração é dificultada pois o elemento predominante se coloca sobre o todo.

Segundo, espaços de apenas mulheres, existem como fator de resistência, de fortalecimento. São espaços seguros onde é possível estar entre mulheres e se articular politicamente, gerando perspectivas que nos ambientes mistos, são impedidas de se desenvolver, dada a predominância dos homens. São portanto, espaços necessários para que se dê o fim da violência contra as mulheres. Estar entre mulheres não significa de forma alguma segregar homens, é exatamente o oposto. Nos ambientes mistos são as mulheres que são segregadas, logo, os ambientes onde estão apenas mulheres, são, portanto, aqueles que fomentam a não-segregação, constroem a libertação, a elaboração de discursos, políticas, estratégias de vida. Os espaços seguros são inclusivos, pois incluem as mulheres no fazer coletivo, ao contrário dos espaços mistos, que são exclusivos, pois são excludentes das mulheres. Estar entre semelhantes é importante para o reconhecimento de si e para a articulação política. Ao mesmo tempo, aos grupos privilegiados de mulheres, é importante reconhecerem-se enquanto grupo para então propor ações de combate à violência contra os grupos violentados socialmente por mais razões: razões de etnia, classe social e orientação sexual. É essencial ouvir e se inteirar das perspectivas desses, valorizando discursos que não os de seu próprio grupo que usufrui de benefícios sociais. É preciso estar entre diferentes. É preciso deslocar a atenção para teorias e discursos que se propõem a descentralizar os sujeitos e o entendimento da realidade. Em outras palavras: mulheres brancas, leiam e ouçam mulheres negras; mulheres heteras, leiam e ouçam mulheres lésbicas; mulheres economicamente privilegiadas, leiam e ouçam mulheres economicamente desprivilegiadas. O poder é também estruturado através dos discursos, de teorias que interpretam e explicam a realidade, gerando formas de organização social.

Terceiro, a maioria dos espaços mistos, ou seja, aqueles onde estão homens e mulheres, tende a reproduzir práticas lesbofóbicas, pois a heterossexualidade predomina em todas as sociedades e grupos. Logo, a maioria destes espaços são nocivos às mulheres lésbicas. E esse é um dado que as mulheres heterossexuais pouco se atentam, sendo ou não feministas. Também nos espaços mistos onde estão pessoas negras e pessoas brancas, o racismo predomina, elemento que as mulheres brancas pouco se atentam. Estes espaços são nocivos às mulheres negras, às mulheres indígenas. Os espaços mistos onde se encontram e circulam pessoas de todas as classes sociais, como por exemplo

os espaços urbanos, predomina o tratamento violento contra as pessoas pobres, ou seja, mulheres pobres são mais hostilizadas nesses espaços do que as mulheres economicamente privilegiadas, de classe média ou ricas. É necessário portanto, que as mulheres localizadas em grupos privilegiados, ampliem o seu entendimento sobre a realidade. É importante que todas nós valorizemos os espaços seguros - um deles sendo aqueles onde há apenas mulheres - e também que nos desloquemos da própria perspectiva, ampliando as epistemologias.

A partir destes elementos pode-se observar que estar entre mulheres não é estar em um grupo específico, mas, é se localizar a partir de uma perspectiva. A perspectiva é aquela que orienta o olhar e a interpretação sobre a realidade. É necessário que nos debruçemos sobre várias perspectivas, apenas assim haverá possibilidade do fim da violência. Pois a violência é a predominância de uma perspectiva, no caso da violência patriarcal, a perspectiva dos homens, existente de diferentes formas nos grupos sociais. Liberdade é a concomitância de várias perspectivas no âmbito coletivo, sem que haja hierarquia entre elas.

Protagonismo e ações pelo fim da violência contra as mulheres

É importante entender que a violência patriarcal contra as mulheres apenas vai acabar quando os homens pararem de violentar as mulheres. E para que isso ocorra é necessário que os homens não apenas parem de agir em prol da sustentação dessas violências, mas, também ajam em favor do fim dessas violências. É necessária ação por parte dos homens. Porém, isso não significa que os homens devam se integrar o movimento feminista, ou se auto-intitulem feministas. O movimento feminista é um movimento de mulheres. Se diz que as mulheres são protagonistas e logo, os homens coadjuvantes. O que defendo aqui é que os homens não sejam coadjuvantes do movimento feminista, mas, que sejam protagonistas de seu próprio movimento: o movimento dos homens pelo fim da violência contra as mulheres.

Como apontando acima, os movimentos feministas e de mulheres existem a partir da reunião e união de mulheres com o objetivo de elaborar sobre a realidade vivenciada pelas mulheres, desenvolver as mulheres enquanto sujeitos políticos, articular redes de sobrevivência e solidariedade e agir pelo fim da violência contra as mulheres. Os homens não tem papel nenhum neste movimento a não ser ouvir, ler as mulheres, respeitarem os espaços seguros e apoiarem as ações das mulheres nos espaços mistos.

Por outro lado, aos homens cabe se empenharem para destruir o patriarcado e logo, abrir mão de seus privilégios enquanto classe sexual. Aos homens cabe com urgência, parar de violentar mulheres. As violências são inúmeras e ocorre a níveis físico, psicológico, sexual, econômico, político. Ocorre em todos os âmbitos: família, trabalho, espaços públicos, religião, economia, política representativa, espaços de formação, lazer. As violências ocorrem em espaços privados e espaços coletivos, de forma direta ou indireta e todas tem um aspecto comum: são autorizadas socialmente. Um homem individual que violenta uma mulher em um espaço privado, tem autorização social para violentar, ou seja, ele tem respaldo, seu comportamento está naturalizado pela sociedade. Logo, muitas vezes o ato de violência não é classificado com um ato de violência no discurso social. Quando é, muitas vezes se desresponsabiliza o homem por este ato, este agressor é acolhido pela sociedade e pior, se culpa a vítima pela violência que sofreu, punindo-a socialmente. Neste caso é ainda logicamente impossível atribuir a responsabilidade da violência à vítima, pois, a definição de vítima é estar submetida e impossibilitada, nem que seja temporariamente ou circunstancialmente, de reagir à ação de violência. Nesse sentido é preciso que homens não apenas parem individualmente de violentar mulheres como também que desautorizem socialmente e publicamente violências cometidas por outros homens contra mulheres. É preciso manifestações públicas de desaprovação. É preciso mais, é preciso que as estruturas de poder sejam alteradas e que as decisões sobre o coletivo sejam tomadas tanto por mulheres quanto por homens, de forma

igualitária. Para isso, homens tem não apenas que falar menos e parar de dominar os espaços sonoros, mas, tem que agir para alterar essas estruturas, que estão presentes tanto na política cotidiana como nos espaços representativos. Uma das propostas que está em jogo na câmara dos deputados neste momento é o estabelecimento de cotas de 50% para mulheres para vagas nas cadeiras tanto no senado quanto na câmara brasileira. É preciso que os homens também exijam essa cota já para as próximas eleições municipais, por exemplo.

É preciso que tanto mulheres quanto homens se empenhem em dissover os regimes de violência, porém, as organizações existentes para tal, são diferentes pois partem de epistemologias e contextos diferentes.

Aprofundando o olhar

Muitos homens reproduzem alguns pensamentos que tendem a amenizar a violência cometida pelos homens contra as mulheres no patriarcado. Muitas mulheres que estão entrando em contato agora com o feminismo e com os questionamentos sobre violência, ou mesmo as que já estão organizadas ou desenvolvendo pensamento crítico, ou então mulheres que por alguma razão rejeitam as reflexões sobre a violência contra as mulheres, por vezes também reproduzem tais pensamentos. Vamos à alguns exemplos:

- “Era outra época”

Essa é com frequência a resposta para mulheres que explicitam violência vinda de homens não-jovens (acima de 30 anos). Esta resposta se torna mais constante à medida que a idade do agressor aumenta. Homens velhos em especial, ganham concessão social para violentar mulheres, pois, a sociedade o tempo todo insiste em defende-los: “são de outro tempo”, “antes isso era aceito”. Ou então amenizam as violências por eles cometidas, sob o argumento de “não tinham a intenção”. O que dizer então de homens velhos que são vistos como “os bons velhinhos” quando às escondidas, estão a violentar sexualmente meninas? Por isso é importante uma reflexão sobre a questão geracional.

Primeiro. Não existem pessoas “de outro tempo”. Estamos todas/os vivendo no agora. Segundo, os processos de aprendizado ocorrem em todas as fases da vida de uma pessoa. As pesquisas atuais na área da neurociência apontam que novas transmissões e configurações entre os neurônios ocorrem a todo momento, aprende-se coisas novas inclusive quando se é velha/o. Os cérebros são dotados de plasticidade, ou seja, não ficam estáticos e sem transformação a partir de determinada idade. Nesse sentido, se em algum momento da vida uma pessoa aprendeu que determinada ação era socialmente aceita e com o passar do tempo essa mesma pessoa entra em contato com outros pontos de vista que atentam para o fato de que esta ação deriva de violência, essa pessoa pode e deve alterar seu comportamento. Não há porque a insistência em comportamentos danosos a não ser a manutenção de seus próprios privilégios. Já vimos acima que homens devem lutar para por fim à seus privilégios patriarcais. Então, próximo ponto. “Antes isso era aceito”. Aqui, cabe a pergunta: aceito por quem? Ações socialmente aceitas ou desaprovadas são assim colocadas pois são resultado de relações de poder. No patriarcado são os homens que tem predominância na tomada de decisões, nas definições do que é certo e o que é errado, inclusive através de leis formalizadas. Logo, não significa que mulheres que viveram “em outros tempos” não se incomodavam com atos que então não eram considerados violentos. Admitir violência como correta “em outros tempos” é reforçar um relativismo que apenas beneficia quem está no poder. É preciso olhar de forma crítica ao passado e também ao presente. No caso de gerações etárias viverem e compartilharem o mesmo tempo presente, se faz necessário que ambas gerações olhem tanto para as experiências que vivem e que não viveram, aprendendo com elas e de forma crítica. Transformação de comportamento é possível e todas/o devemos te-la em vista quando o objetivo é a melhoria da vida em sociedade.

- “É outra cultura”

Este ponto tem sido um dos mais divergentes no feminismo atual. Ao invés de evitar o debate, é importante explicitá-lo para ampliar as reflexões em conjunto.

Quando uma mulher aponta o que considera ser uma violência por parte de um homem de uma cultura diferente da sua, contra uma mulher desta mesma cultura ou mesmo contra uma mulher de cultura diferente da do homem, é frequente a resposta “este homem vem de outra cultura”. Esta afirmação diz que na cultura a qual este homem pertence, tal ação cometida por ele não é considerada como uma violência e logo, deve-se respeitar o posicionamento dele, pois, estaria agindo de acordo com seus aprendizados, princípios e organização cultural que é diferente de pessoas de culturas diferentes da dele. Nesse sentido, é colocado que não deve haver hierarquia entre culturas – ou seja, violência, racismo e a dominação de um povo sobre o outro – e que portanto deve-se respeitar o posicionamento deste homem. Um primeiro ponto importante a ser colocado: se é importante respeitar a cultura deste homem, não seria importante também este homem respeitar a cultura desta mulher? Caso a mulher fosse proveniente da cultura ocidental e branca e o homem, de qualquer outra cultura, haveria o argumento de que a crítica da mulher estaria partindo de relação hierárquica, pois, nas relações globais, a cultura branca predomina. Logo, não haveria sentido em pedir respeito do homem, por exemplo, asiático, à cultura da mulher branca, pois, esta seria uma ação de reforço da submissão à cultura branca. Longe da questão estar respondida, o segundo ponto aprofunda esta reflexão e vai no sentido da ideia colocada no item acima, de que em toda cultura patriarcal são os homens que tem predominância na definição do que é certo ou errado, adequado ou inadequado, violência ou não-violência. É provável que na cultura deste homem, sejam os homens que tenham predominância na definição sobre o que é certo e o que é errado e logo, na definição sobre a ação em questão cometida por este homem, ser considerada violência ou não. Ou é possível que nesta cultura haja um misto onde tanto mulheres quanto homens tomam decisões sobre o coletivo sendo a organização desta cultura, não-violenta. Estamos falando de uma cultura hipotética, portanto, não são possíveis dados precisos. Mas, é deste ponto que segue a reflexão. Enquanto mulheres, feministas, ou qualquer outra pessoa, é importante que nos empenhemos para um mundo onde as decisões sobre as questões coletivas sejam tomadas por todas as pessoas, em igual medida entre homens e mulheres. Queremos mundos onde as regras e leis sejam resultado de debate coletivo e que as mulheres estejam presentes neste fazer político. Talvez a situação hipotética colocada acima não tenha uma resposta neste momento, porém, podemos refletir sobre esta questão: a tomada de decisões sobre o coletivo.

A violência que origina as outras: a não-decisão

Uma das definições de patriarcado é aquela que aponta que o que define este regime é a ausência ou pouca presença das mulheres nos espaços de tomada de decisão coletivos, aqueles que definem as regras de funcionamento da sociedade. São os espaços político, econômico, familiar, religioso e social. Estas regras administram tanto questões coletivas como comportamentos e ações individuais. Ou seja, se as mulheres estão fora desses espaços, estão tanto deixando de decidir sobre o coletivo como também sobre suas próprias vidas, já que fazem parte do coletivo. Considero o contexto de impedimento das mulheres em decidirem sobre o coletivo e sobre si próprias e a ausência das mulheres dos espaços de tomada de decisão coletiva, como a primeira violência patriarcal, a violência que origina todas as outras violências patriarcais.

A não-decisão implica que uma mulher ou um conjunto de mulheres estará seguindo as regras elaboradas por pessoas que partem de uma visão parcial da realidade. Partindo do pressuposto de que sempre se parte de uma visão parcial, torna-se importante o intercâmbio de visões em espaços coletivos, para que em conjunto, se construa ações mais consistentes e diversas. No patriarcado essa

visão parcial é também uma visão que fomenta a violência contra aquelas que não estão presentes nos processos de tomada de decisão. E junto aos regimes racistas, capitalistas e heterossexuais, homens também estão fora de muitos espaços de tomada de decisão, o que remete ao item acima sobre sustentação entre os regimes de dominação. Não decidir implica em estar ausente do processo de reflexão que é inerente à política: observar, avaliar, refletir, argumentar, duvidar, mudar de opinião, defender uma opinião, etc. Em sociedade, não decidir implica em seguir as regras elaboradas por outras pessoas, sejam elas regras benéficas ou não, que violentam ou não. Viver, sobreviver, é o tempo todo estar frente a necessidade de tomar decisões. A condição de sujeito político, ou sujeita política, é elemento integrante do contexto da sobrevivência. Para nos alimentarmos, para termos água, proteção das intempéries, é necessário tomar decisões, agir frente a realidade. Impedir a ação política das mulheres ou de qualquer outra pessoa é impedir o básico da vida, o posicionamento frente à realidade que é requerido pelo próprio contexto de estarmos vivas e vivos. Impedir a ação política de mulheres é impedir que mulheres decidam sobre a economia, o meio ambiente, a educação, a saúde, as leis, a política, enfim, tudo. Se ser contra a violência é um princípio, transformemos este princípio em ação. É preciso parar o protelamento, é preciso que as mulheres estejam em todos os espaços de tomada de decisão, já.

Feminilidade

Definindo feminilidade⁶

1- O conceito de feminilidade existe a partir de um binário, o feminino e masculino, onde há uma relação de hierarquia. Nela, o masculino predomina e domina, violenta o feminino.

2- A feminilidade é uma construção social, porém, ela é associada de forma necessária à mulher, ou seja, ela é naturalizada, tida como essência. O masculino também é tido como parte inerente do homem. Dessa forma, não apenas os comportamentos de gênero, mas, também, as hierarquias entre eles e logo, entre homens e mulheres, são justificadas através do argumento que são naturais e logo, não são passíveis de transformação, cabendo às pessoas aceitá-las.

3- Enquanto construção social, as práticas relacionadas à feminilidade existem e vem se transformando nos últimos séculos nas sociedades ocidentais e suas ramificações territoriais através da difusão desses valores, seja atualmente via mídias globais (cinema, marcas internacionais, etc), seja nos séculos anteriores via os processos de invasão de territórios durante o período chamado de “colonizações” e “navegações”.

4- Algumas características associadas ao conceito e práticas da feminilidade: delicadeza, contenção, sutileza, objetificação sexual, acolhimento, hesitação, emoção, falta de pensamento lógico-analítico, fragilidade, nudez, entre outros. São vários elementos que de forma geral, remetem à passividade e associam corpo com manifestação de erotismo e falta de capacidade para pensar, elaborar sobre a realidade, solucionar problemas e propor soluções para o coletivo.

Nesse sentido e partir de uma perspectiva feminista crítica e com bases materialistas, que critica os postulados acima, utilizar o termo “feminino” ou “feminilidade” para se falar da realidade das mulheres seria reforçar a realidade de opressão e violência existente contra as mulheres atualmente.

Mulheres brancas e a feminilidade no Brasil⁷

Feminilidade se refere a “traços de personalidade associados com subordinação e a traços de personalidade de indivíduos que passaram a ter comportamentos prazerosos aos dominantes (...) e esses comportamentos que a cultura masculina classifica como “feminino” são comportamentos que se esperaria como caracterização de qualquer grupo oprimido. (GRAHAM apud JEFFREYS, 2005, p.26)

O conceito de “feminilidade” adotado por esta pesquisa refere-se ao conjunto de práticas e valores originados e difundidos no Brasil através da invasão européia e subsequente processo de colonização do continente da América do Sul. Tais valores no Brasil desenvolveram-se através do contato com os povos originários e população negra seqüestrada do continente africano, gerando características próprias através de uma rede complexa de hierarquia de valores e através do choque entre populações, cruzando realidades territoriais, de gênero, etnia e classe social. Além de ser um conceito, a feminilidade é também um valor dissolvido no âmbito social, nos campos da religião, do

6 O trecho a seguir foi extraído do ensaio “Literatura feminina não. Literatura produzida por mulheres: uma questão de perspectiva”, publicado por Daniela Alvares Beskow no Portal Unesp, Seção Debate Acadêmico, em maio de 2017.

7 Trecho da dissertação de mestrado de Daniela Alvares Beskow “O discurso das mulheres na cena paulistana de 2015-2016: uma proposta feminista de análise de espetáculos”. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2017. P. 84-89. Revisado em março de 2019.

trabalho, do conhecimento místico, jurídico, filosófico e científico, sendo abordado de diversas formas no âmbito teórico. Kate Millet (2000) afirma:

“A política sexual obtém consentimento através da “socialização” de ambos os sexos às bases das políticas patriarcais em relação a temperamento, papéis e status (...) O primeiro item “temperamento” envolve a formação da personalidade humana em conjunto com diretrizes de estereótipos de categoria sexual (“masculino” e “feminino”) baseado nas necessidades e valores do grupo dominante e ditados pelo que seus membros comemoram neles mesmos e consideram conveniente nos subordinados: agressão, inteligência, força e eficácia nas pessoas do sexo masculino; passividade, ignorância, docilidade, “virtude” e ineficácia nas pessoas do sexo feminino.” (MILLET, 2000, p.26, tradução nossa)⁸

Nesse sentido a autora aponta que a feminilidade existe a partir de um binário, o feminino e o masculino, através de uma relação de hierarquia, onde o masculino domina o feminino. Lierre Keith (2002) afirma que a “feminilidade é submissão ritualizada. Feminilidade é uma mente traumatizada demonstrando aceitação”. Ambas as autoras consideram a feminilidade como uma realidade material que é também individualizada e reproduzida a partir do nível subjetivo. Apesar desta pesquisa não aprofundar a perspectiva psicológica, é importante destacar que as realidades materiais produzem e são produzidas também pela realidade subjetiva, que, por sua vez, produz e reproduz realidades materiais, tornando-se coletivas. Tais realidades existem tanto no nível dos discursos como das práticas, que no contexto patriarcal são resultados de relações de dominação, exploração e violência dos homens contra as mulheres.

Pierre Bourdieu (2012) associa feminilidade com o “fazer-se pequena”, ou seja, as ações que as mulheres realizam a partir da restrição de movimentação, com roupas que apertam e limitam movimentos, vozes que não se colocam nos espaços públicos e olhares que não olham ao redor e de forma direta para outras pessoas. Fazer-se pequena seria ocupar pouco espaço, ou, ocupar menos espaço do que os ocupados pelos homens na sociedade. No patriarcado, a feminilidade está associada à delicadeza e passividade, ou seja, fragilidade, servindo como pilar e justificativa para que ocorra a dominação e controle das mulheres pelos homens. Além disso, há um componente importante do regime de dominação das mulheres que é a construção discursiva que naturaliza a existência da feminilidade nas mulheres. As características associadas às práticas da feminilidade, ao invés de serem consideradas construções sociais, são classificadas como características referentes à natureza da mulher, ou seja, essenciais à mulher. A fatalidade desse pensamento gera um mecanismo de reforço do aspecto socialmente construído da fragilidade. Ou seja, se é considerado natural, logo, é considerado inevitável, não podendo ser transformado. A dicotomia existente nas interpretações sobre o conceito de feminilidade, atribuindo-o à construção social ou à fatores biológicos é observada não apenas no senso comum, como também na produção de conhecimento acadêmico e teórico, e também nos campos religiosos e místicos. Jeffreys (2005) afirma: “Teóricas feministas têm demonstrado que o que é entendido como comportamento “feminino” não é simplesmente construído socialmente, mas, construído politicamente, como o comportamento de um grupo social subordinado” (JEFFREYS, 2005, p. 24-25). Nesse sentido, o conceito e as práticas da feminilidade não são vistos apenas como reprodução de comportamentos individuais, que tornam-se coletivos quando observados como uma regra social, mas, também como uma realidade política, ou seja, como uma estratégia de manutenção da subordinação das mulheres aos homens. Em nome da feminilidade, postula-se que mulheres são naturalmente menos dispostas ao embate político, já que consideradas frágeis, inaptas ao pensamento lógico-analítico e predispostas à manifestação de emoção. Essas noções historicamente produzidas sobre as mulheres

8 “Sexual politics obtains consent through the “socialization” of both sexes to basic patriarchal polities with regard to temperament, role and status (...) The first item “temperament”, involves the formation of human personality along with stereotyped lines of sex category (“masculine” and “feminine”) based on the needs and values of the dominant group and dictated by what its members cherish in themselves and find convenient in subordinates: aggression, intelligence, force and efficacy in the male; passivity, ignorance, docility, “virtue”, and ineffectuality in the female”

resultam no pensamento, difundido amplamente, de que mulheres não são capazes de tomar decisões sobre assuntos de importância social, o que não condiz com a realidade. A estrutura social que desestimula mulheres a participarem dos espaços de tomada de decisão é amparada por um complexo conjunto de elementos que nomeiam a feminilidade, construindo comportamentos, padrões de movimentação, modos de falar, procedimentos e padrões estéticos, atitudes perante a realidade, funções realizadas no coletivo, modos de ser e estar a nível individual, entre outros.⁹

De acordo com o Dicionário Crítico Feminista, “As manifestações do sofrimento (medo, dúvida, conflito moral, compaixão, etc.) são imputadas às mulheres como a marca de sua inferioridade “natural.” (HIRATA, 2009, p.103). Alguns dos elementos da feminilidade, inclusive, remetem ao período da infância, como aquele atribuído à falta de capacidade de tomar decisões e à necessidade de ser tutelada e no Brasil, em especial, o elemento estético da falta de pêlos. Enquanto que a saída da infância e passagem ao período da maturidade e adulto do homem é identificado pelo aparecimento da barba e esta, associada à capacidade de tomar decisões sobre a própria vida e a vida de outros, à mulher é socialmente roubada a chegada a esta fase, pois é colocado que ela deve ter vergonha dos próprios pêlos e retirá-los, mantendo sua aparência semelhante ao período da infância. Complexificando essa realidade, o imaginário social dominante sustenta que a mulher que entra na puberdade não estaria iniciando a fase de desenvolvimento de habilidades em tomar decisões importantes para si e para o coletivo, mas sim, principalmente, tornando-se apta à vida sexual com o homem. Ou seja, a fase de tornar-se adulta e de ser adulta é marcada pela substituição do aspecto político pela caracterização sexual da mulher. Dessa forma, as características atribuídas à feminilidade e existentes a partir da dicotomia com o masculino dominante, gera contextos de violência contra as mulheres. Nesse sentido, é importante destacar que o feminino existe a partir de uma relação oposta e materialmente complementar com o masculino, pois o masculino, que viola, precisa do feminino para violar. Nesse sentido o masculino é predominante e violenta o feminino. Brownmiller (1976,) complementa:

“(...) o princípio feminino é composto de vulnerabilidade, necessidade de proteção, as formalidades para conformidade e o evitar o conflito – em poucas palavras, apelação para a dependência e boas intenções que dá ao princípio masculino sua validade romântica e seu aplauso de admiração.” (BROWNMILLER, 1976, p.16)

Os feminismos de perspectiva materialista tendem a afirmar que a feminilidade é uma construção social derivada do sistema patriarcal e que violenta as mulheres, reforçando as relações de dominação dos homens sobre as mulheres. A feminilidade é interpretada como um conjunto de regras, recomendações, orientações de comportamento, construções de personalidade e estéticas, ações e condutas que se impõem às mulheres de formas violentas em várias sociedades, propondo e produzindo mulheres submissas e fragilizadas. A violência é entendida a partir de suas várias manifestações, como a coação, constrangimento, ameaças, discriminação, chantagens, violência física e sexual, e assim por diante. Uma das estruturas onde se apóia a feminilidade é a ameaça à mulher de ser isolada e expulsa do convívio social, caso não siga o “roteiro” exigido. Os elementos associados à feminilidade podem ser observados a partir de dois aspectos, o imaginário social sobre o que significa ser mulher e a realidade material das mulheres. Ambos são resultado das expectativas sobre o que é ser mulher. Estas expectativas são geradas nas estruturas patriarcais e ao mesmo tempo alimentam essa estrutura gerando regras sociais. Essas regras determinam os tipos de roupas que mulheres devem usar, como devem ser seus comportamentos, em quais espaços físicos devem ou podem estar, circular ou pertencer, que tipos de profissões as mulheres devem buscar. Obviamente, essas regras variam entre as culturas e sociedades patriarcais. No Brasil, mesmo que haja um contexto de fusão entre valores ocidentais e não-ocidentais, observa-se dominância dos

9 Como colocado por Daniela Alvares Beskow (2017, p.1), o comportamento da feminilidade está associado a vários elementos, dentre os quais: “delicadeza, contenção, sutileza, estética erotizada, objetificação sexual, nudez, alegria, acolhimento, sinuosidade, hesitação, emoção, falta de pensamento lógico-analítico, fragilidade” entre outros.

valores ocidentais, já que os valores ocidentais foram introduzidos pela população branca, dominante. As regras que determinam o comportamento das mulheres também variam dentro de uma mesma sociedade, inclusive em função de classe social, etnia, faixa etária, orientação sexual e território. Ainda, é possível observar traços que se perpetuam em vários grupos, inclusive a partir do conflito entre regra e subversão da regra. Essa relação produz mulheres e corpos em conflito, pois, quando intencionam ou de fato saem da regra, sofrem as sanções sociais decorrentes desta ação. Mulheres que colocam em prática comportamentos assertivos são frequentemente punidas socialmente e classificadas como “masculinas”, ou seja, distante do que lhes é atribuído como essência, a passividade advinda da ideia de feminilidade.

Goldenberg (2007) reflete sobre o contexto da cidade do Rio de Janeiro e as vestimentas utilizadas por mulheres de várias classes sociais. De acordo com a pesquisa da autora, as vestimentas tendem ao justo e ao que evidencia as formas do corpo. Apesar de ser uma pesquisa com enfoque regional, podem-se utilizar tais reflexões para pensar outras cidades. De acordo com a autora: A escolha das roupas e as modas corporais no Brasil fazem parte de uma construção simbólica da feminilidade, estreitamente ligadas a sua construção corporal, sem distinção de classe, uma vez que são encontradas tanto nas mais favorecidas quanto naquelas em que o poder aquisitivo é mais reduzido. (GOLDENBERG, 2007, p.11)

No Brasil é importante observar o período histórico em que as condutas das mulheres passaram a ser fortemente regidas pelo Estado, demonstrando como os âmbitos social e jurídico existem de forma relacional. Em determinado momento, a feminilidade passa a ser pautada pelas instituições estatais. De acordo com Silva (2008), no início do séc. XX, quando surgia o poder político representativo no país, também

“(...) nascia fortemente a necessidade de disciplinar o corpo feminino para que ele não burlasse a ordem social da virgindade, castidade, casamento e maternidade, categorias de feminilidade difundida pelas redes institucionais através dos discursos normatizantes e normalizantes. Na criança deveriam (e eram) ser injetados saberes acerca de honra, moralidade, costumes, regras de conduta, construídas a partir de representações simbólicas que remetem ao certo ou errado, baseado nas permissões (ou não) dicotômicas aos sexos, reforçando o alto teor da disciplinarização do corpo feminino para a moralização do mesmo.” (SILVA, 2008, p.5)

Segundo a autora “os vários sujeitos envolvidos na trama discursiva jurídica (advogados, juízes, vítima, réu, testemunhas e médicos peritos) elaboram um saber sobre a mulher e sobre a feminilidade instituindo seu papel social, sem que esses saberes lhes fossem acessíveis”, de forma que seu corpo e comportamentos são “disciplinados e territorializados”. Nesse sentido, Silva reforça o pensamento de que a feminilidade é uma construção social elaborada por estruturas e espaços de poder que não incluem mulheres, ainda que elaborem conhecimento e regras sobre elas, difundindo comportamentos acerca da feminilidade.

No Brasil, atualmente, é possível perceber a difusão de padrões de feminilidade nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação. Mulheres ocupam em quantidade muito superior as capas das revistas quando estão seminuas, do que quando estão em alguma posição de tomada de decisão em órgãos e instituições. É importante ressaltar que a categoria de feminilidade está intimamente relacionada com a de heterossexualidade. A feminilidade é construída através de sua oposição - a masculinidade - e é socialmente destinada a servir a esta. De acordo com HIRATA (2009):

“Na sociologia e antropologia dos sexos, masculinidade e feminilidade designam as características e as qualidades atribuídas social e culturalmente aos homens e às mulheres. Masculinidade e feminilidade existem e se definem em sua relação e por meio dela. São as relações sociais de sexo,

marcadas pela dominação masculina, que determinam o que é considerado “normal” - em geral interpretado como “natural” - para mulheres e homens.” (HIRATA, 2009, p.101)

Wittig (2006,) reflete sobre o pensamento heterossexual através da apropriação dos corpos das mulheres enquanto seres disponíveis para o sexo:

“A categoria do sexo é o produto da sociedade heterossexual que faz da metade da população seres sexuais onde o sexo é uma categoria da qual as mulheres não podem sair. Estejam onde estejam, façam o que façam (incluindo quando trabalham no setor público) elas são vistas como (e convertidas em) sexualmente disponíveis para os homens e elas, seios, nádegas, vestidos, devem ser visíveis (...) as mulheres são muito visíveis enquanto seres sexuais, mas, como seres sociais, são totalmente invisíveis e assim, devem fazer-se as mais pequenas possíveis e devem sempre se desculpar.” (WITTIG, pg. 27-28)

A partir destas reflexões pode-se observar a complexidade da categoria da feminilidade, sendo esta tanto um conceito como uma prática, gerando nas mulheres, corpos em conflito, pois a feminilidade não é um dado biológico, mas, sim, uma construção social existente para disciplinar e controlar as mulheres, impedindo sua plena participação na produção de conhecimento socialmente reconhecido e sua presença nos espaços de tomada de decisão das sociedades. A feminilidade violenta, porém o feminismo e as práticas de luta dos movimentos de mulheres produzem ações e conhecimento através da assertividade. A história é, portanto, embate, e não uma versão única como pretendem as versões dominantes e oficiais.

Referências bibliográficas

Por ordem de citação:

JEFFREYS, Sheila. Harmful cultural practices in the West. Estados Unidos e Canadá: Routledge, 2005.

MILLET, Kate. Theory of Sexual Politics. In: CROW, Barbara. Radical Feminism New York and London: University Press, 2000. p.125-153.

KEITH, Lierre. Patriarchy vs.uuHbF1w>

BOURDIEU, Pierre. A Dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner – 11 ed - Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2012.

HIRATA, Helena... [et al] (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BROWMILLER, Susan. Femininity. Linden Books, 1984.

BESKOW, Daniela Alvares. Literatura feminina não. Literatura produzida por mulheres: uma questão de perspectiva. Portal da Universidade Paulista (UNESP), 15 maio. 2017. Seção Debate Acadêmico. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/debate-academico/literatura-feminina-nao-literatura-produzida-por-mulheres-uma-questao-de-perspectiva/Acesso em 26/03/2019>.

GOLDENBERG, Miriam...[et al..] Nu e vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Record: Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Edmalva Cristina da. De seduzidas a sedutoras: uma análise discursiva sobre a feminilidade e valores culturais e morais no Seridó do Rio Grande do Norte, presente nos processos-crime de sedução e defloração e no Jornal das Moças (1900-1945). Revista de História e Estudos Culturais. Outubro/novembro/dezembro de 174 2008. Vol.5, ano V, n.4. Disponível em:

http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_08_EDIVALMA_CRISTINA_DA_SILVA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf Acesso em 27/03/2019.

WITTIG, Monique El Pensamiento Heterosexual y otros ensayos. Trad.Sáez, Javier e Vidarte, Paco Madrid: Editorial Egales, 2006.

Patriarcado¹⁰

As teorias feministas e também de outras áreas vêm desenvolvendo vários entendimentos sobre o conceito de patriarcado. Enquanto algumas autoras orientam suas análises a partir de relevância secundária ao conceito, outras o entendem como elemento chave para o entendimento sobre a realidade de mulheres e homens no mundo de hoje. Assim, a delimitação do conceito de patriarcado passa por debates sobre poder, dominação, exploração, violência, gênero, racismo, capitalismo, tomada de decisões, interferência na realidade coletiva de uma sociedade, entre outros. Estabelecendo um diálogo entre essas abordagens, é possível chegar a um conceito consistente de patriarcado.

Gerda Lerner (1986) realiza uma detalhada análise sobre o surgimento do patriarcado nas sociedades ocidentais e propõe hipóteses sobre seu surgimento. Segundo a historiadora:

“Patriarcado em sua definição mais ampla significa a manifestação e institucionalização da dominação masculina sobre mulheres e crianças na família e a extensão da dominação masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. Implica que homens tem poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são destituídas do acesso a tal poder. Isso não implica que mulheres são ou totalmente sem poder ou totalmente destituídas de direitos, influências, recursos.” (LERNER, 1986, p. 239, tradução nossa)¹¹

Para Stearns (1994):

“Patriarcalismo [ou patriarcado] no seu sentido mais amplo se refere a sistemas de relações sociais onde os homens monopolizam formalmente ou informalmente as instituições de poder e mulheres tem pouco acesso a fontes de autoridade. Historiadores encontraram a fundamental e institucionalizada desigualdade de gênero que o patriarcalismo denota em muitas regiões geográficas e períodos cronológicos nas primeiras civilizações na Mesopotâmia [cerca de 6.000 anos a.C] até as culturas Ocidentais do final do século XX.” (STEARNS, 1994, p. 546-547)

De acordo com as definições, patriarcado está relacionado aos locais de tomada de decisão coletiva, responsáveis por gerar decisões, ações e posições que determinam o funcionamento da sociedade como um todo. Essa dinâmica é estruturada a partir da existência dos homens nos espaços de poder e decisão, relativos aos âmbitos político, econômico, social, familiar e religioso e da inexistência ou pouca presença das mulheres nestes espaços. Em outras palavras, o patriarcado é o sistema em que as mulheres não decidem sobre o coletivo, e logo, sobre si mesmas, já que estão inseridas no coletivo. Esse contexto gera falta de autonomia das mulheres sobre o destino de suas vidas e corpos. A ausência das mulheres nos espaços de tomada de decisão, além de gerar violências, pode também ser considerada uma violência, já que retira a possibilidade de as mulheres decidirem, colocando-as em um espaço social de passividade. Seguem alguns exemplos de atividades relativas aos universos de tomada de decisão:

10 Trecho da dissertação de mestrado de Daniela Alvares Beskow “O discurso das mulheres na cena paulistana de 2015-2016: uma proposta feminista de análise de espetáculos”. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2017. P. 34-39. Revisado em março de 2019.

11 “Patriarchy in its wider definition means the manifestation and the institutionalization of male dominance over women and children in the family and the extension of male dominance over women in society in general. It implies that men hold power in all the important institutions of society and that women are deprived of access to such power. It does not imply that women are either totally powerless or totally deprived of rights, influence and resources.”

Nível econômico: Cargos de chefia em empresas, fóruns de decisão global sobre a economia, bancos, em instituições e órgãos representativos referentes à economia, entre outros;

Nível social: Lideranças e atividades de comando e coordenação em associações de bairro, movimentos sociais, cotidiano de convivência entre homens e mulheres nos mais variados espaços, como o cotidiano das ruas, nas atividades de lazer, nos ambientes educacionais, nos ambientes artísticos, e assim por diante;

Nível político: Cargos de tomada de decisão na política representativa nos parlamentos, a nível municipal, estadual e federal;

Nível familiar: Funções de comando e tomada de decisão no ambiente familiar;

Nível religioso: Cargos de chefia nas estruturas organizativas das religiões.

São nesses e em outros espaços que ocorrem encontros e confrontos entre os integrantes da sociedade, promovendo decisões sobre os rumos coletivos. No patriarcado, os homens têm ocupado a maior parte desses espaços, principalmente os relacionados ao nível econômico, político e religioso. Os cargos e funções de comando existentes no nível social e familiar apresentam mais presença das mulheres, porém, estando inseridos no sistema patriarcal, são níveis subordinados à política, à economia e à religião.

A análise sobre o patriarcado a partir dos parâmetros da exploração e dominação é levada a cabo por muitas autoras, dentre as quais, Heleith Safioti. De acordo com a autora, o patriarcado:

“1 – Não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 – Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição (...); 3 - Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 - Tem uma base material; 5 - Corporifica-se; 6 - Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.” (SAFFIOTI, 2004, p.57-58)

Estes itens, por sua vez, geram um sistema de dominação-exploração:

“A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas, também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva.” (SAFFIOTI, 2004, p.6)

Importante apontar que o regime patriarcal se dá de diferentes formas nas sociedades atuais, em função de culturas, territórios e histórias distintas. Ou seja, nas sociedades com bases patriarcais há traços em comum e, ao mesmo tempo, traços distintos. A reflexão sobre patriarcado incide diretamente na necessidade de resistência a esse sistema de dominação através da organização e luta das mulheres e empenho dos homens para combater as diversas violências praticadas contra as mulheres.

O conceito de “classe social”, teorizado por Marx e Engels, serviu de base para autoras do feminismo radical, que formularam os conceitos de “classe das mulheres” e “classe dos homens” ou “classe sexual” (MEHRHOF, 1970, ATKINSON, 1970). Segundo esse pensamento, mulheres compõem um grupo que sofre violência de outro grupo, composto pelos homens. Esses dois grupos são encontrados em todas as classes sociais, ou seja, em todos os grupos econômicos e também em todas as sociedades. No patriarcado, existem a partir de uma hierarquia: os homens se impõem sobre as mulheres, impedindo-as de serem também sujeitos políticos na sociedade. A partir dos parâmetros de classe social e raça/etnia, os homens também dominam outros homens, porém, em

todas as classes sociais, os homens estão oprimindo as mulheres de seu grupo de alguma maneira. Ao mesmo tempo, mulheres também estão localizadas em grupos dominantes, tendo privilégios em relação às mulheres de grupos dominados. De acordo com Barbara Mehrhof (1970):

“Pessoas do sexo masculino originaram as classes e promoveram terríveis desigualdades na sociedade através da opressão de um grupo pelo outro. Suas justificativas para essas desigualdades começaram quando eles primeiro desclassificaram as mulheres para fora da humanidade. Logo, “humanidade” ou “sociedade”, com efeito, refere-se apenas aqueles indivíduos que formam a classe dos homens – todos os homens. A sociedade consiste de uma oposição de um grupo ou grupos de homens a outro grupo ou grupos de homens. A classe dos homens é autodefinida e bem organizada em oposição à sua classe contrária – a classe das mulheres. A classe das mulheres é definida pela classe dos homens [...] essa divisão política é a básica de todas as sociedades.” (MEHRHOF, 1970 apud CROW, 2000, p. 481-482, tradução nossa)¹²

A partir do momento em que se constata que homens exploram, controlam, violentam e submetem mulheres em todas as classes sociais, etnias e povos, justifica-se a importância da elaboração de estratégias para a superação dessa realidade de dominação. A consciência de pertencimento à “classe das mulheres” ou “consciência de gênero” perpassa a história do feminismo como um dos pilares necessários para a elaboração dessas estratégias. Esses termos relacionam-se com as análises marxistas sobre “consciência de classe”, todos referindo-se à consciência de pertencimento à uma classe ou grupo dominado. Dentre os vários momentos na história em que mulheres se encontraram para reforçar laços políticos, destaca-se aquele que é denominado “segunda onda” do movimento feminista, constatado em vários países. Uma experiência que vale ser destacada é aquela promovida pelo feminismo radical através dos “grupos de consciência” ou grupos de “despertar da consciência” (“consciousness-raising”)¹³ Esses grupos consistiam de encontros presenciais entre mulheres com o objetivo de refletir sobre a realidade individual das integrantes a partir de parâmetros políticos. De acordo com Barbara Susan (1969), integrante do grupo feminista radical Redstockings:

“Política tem existido por muito tempo, assim como movimentos políticos radicais. Até agora nenhum movimento político criou uma análise política que seja especialmente relevante para nós mulheres. Posso apenas supor que isso ocorre porque o método para chegar à uma análise que fala a partir de abstrações com outras pessoas vai sempre excluir as pessoas que estão sendo diretamente oprimidas por aqueles que estão realizando esta análise. No Redstockings temos desenvolvido uma forma de analisar problemas políticos que são relevantes para nós mulheres. Nosso método não é abstrato. Cada mulher fala sobre si própria e seus próprios sentimentos e experiências. Se nosso método funcionar, nós teremos uma análise que será relevante não apenas para as mulheres, mas, para todas as pessoas, porque será uma análise baseada na realidade de nossas vidas.” (SUSAN, 1969, p. 41, tradução nossa)¹⁴

12“Males originated class and have fostered terrible inequities in society through the oppression of one group to another; their justifications for these inequalities began when they first declassified women out of humanity. Thus, “humanity” or “society” in effect refers only to those individuals making up the male class – all men. Society consists of an opposition of a group or groups of men to another group or groups of men. The class of men is self-defining and well organized vis à vis its counterclass – the class of women (...) this political division is the basic one in all societies.”

13 Para aprofundamento desse conceito, consultar: Katie Sarachild (1979), Pamela Allen (1970), June Arnold (1970), Vivian Gornick (1971).

14 “Politics has been around for a long time, so have radical political movements. Yet so far no political movement has come up with a political analysis that is speciall relevant to us women. I can only guess that is because the method of arriving at an analysis that talks in abstractions about other people will always exclude the people who are being directly oppressed by those doing the analysis. At Redstockings we’ve been developing a way of analysing political problems that is relevant to us women. Our method is not abstract. Each woman talks about herself and her own feelings and experiences. If our method works, we will have an analysis not only relevant to all women but to all people because it will be an analysis based on the realities of our lives.”

A prática dos encontros presenciais entre mulheres pode ser observada em várias épocas e territórios, sempre com o intuito de refletir sobre a realidade na qual estavam inseridas, ou seja, desenvolver a consciência sobre a própria realidade, e, a partir daí, elaborar estratégias de transformação. Há que se destacar também o termo “feminilidade”¹⁵. Este conceito se refere aos padrões de comportamento associados às mulheres a partir de uma relação de inferioridade com o comportamento da “masculinidade”, associado aos homens. Em diferentes épocas e sociedades, os sistemas patriarcais vêm associando de forma direta e necessária o conceito de “mulheres” ao de “feminilidade”, assim como o de “homens” com “masculinidade”, gerando obrigatoriedades de comportamento para ambos os sexos a partir de uma relação de hierarquia. Por meio da naturalização desses padrões, justifica-se a necessidade de ajuste a esses comportamentos sem o questionamento da relação de hierarquia na qual homens dominam mulheres. Nessa relação de dominação, homens e mulheres assimilam e fortalecem modelos, por reprodução compulsória. Esse contexto é também simbólico e manifesta-se na compreensão dos sujeitos sobre si mesmos e nas formas de expressão da subjetividade. Em conjunto com o debate sobre patriarcado, há o debate sobre o conceito de “gênero”, que apresenta bastante complexidade e traduz também divergências teóricas. De forma geral, as teorias pós-modernas e pós-estruturalistas, ao contrário do proposto por esta pesquisa, rejeitam o uso do conceito “patriarcado”. Não deixa de ser importante citar essa divergência, explicitando o contexto atual dos debates feministas e em torno das teorizações sobre o conceito “gênero”. De acordo com Jeffreys (2005):

O pensamento pós-moderno rejeita a noção de que há tal coisa como uma classe dominante que pode criar ideias dominantes (...). Ela [refere-se à teórica australiana e feminista radical Denise Thompson] responde que considera ser pós-moderno a mistificação e logo “abandonar os conceitos de 'agentes e interesses' é abandonar a política. Se não há 'agentes' não há nenhum perpetrador e beneficiário de relações de dominação e ninguém cuja capacidade de agência é bloqueada por poder travestido de interesses.” (JEFFREYS, 2005, p. 14. Tradução nossa)¹⁶

Ou seja, segundo a autora, o pensamento pós-moderno desestimula o reconhecimento dos agentes que perpetram a violência, assim como dos sujeitos que sofrem a violência, diluindo o entendimento sobre as relações materiais de violência e conseqüentemente, minando a ação política. Heleieth Safioti continua:

“O argumento final (...) girará em torno da recusa do uso exclusivo do conceito de gênero (...). Não estaria a rápida difusão deste conceito vinculada ao fato de ele ser infinitamente mais palatável que o de patriarcado e, por conseguinte, poder ser considerado neutro? (...) o conceito de gênero, ao contrário do que afirmaram muitas (os), é mais ideológico do que o de patriarcado. Neutro, não existe nada em sociedade. Como não se é a favor de jogar fora o bebê com a água do banho, defende-se: 1. a utilidade do conceito de gênero, mesmo porque ele é muito mais amplo do que o de patriarcado, levando-se em conta os 250 mil anos, no mínimo, da humanidade; 2. o uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, já que um é genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios, o primeiro cobrindo toda a história e o segundo qualificando o primeiro ou, por economia, simplesmente a expressão patriarcado mitigado ou, ainda, meramente patriarcado; 3. a impossibilidade de aceitar, mantendo-se a coerência teórica, a redutora substituição de um conceito por outro, o que tem ocorrido nessa torrente bastante ideológica dos últimos dois decênios, quase

15 Sobre o conceito de feminilidade, consultar: JEFFREYS, Sheyla. *Beauty and misogyny*. Routledge: London and New York, 2005; GRAHAM, Dee. *Loving to survive*. New York University Press: New York, 1994; BROWNMILLER, Susan. *Femininity*. Linden Books, 1984. 40

16 “Postmodern thinking rejects the notion that there is such thing as a ruling class which can create dominant ideas (...) She [Australian radical feminist Denise Thompson] answers that she considers to be postmodern mystification thus: “to abandon the concepts of „agents and interests“ is to abandon politics. If there are no “agents”, there are no perpetrators and beneficiaries of relation of domination, and no one whose human agency is blocked by powerful vested interests.”

três. Nem sequer abstratamente se pode conceber sociedades sem representação do feminino e do masculino.” (SAFIOTI, Heleieth, 2004)

Nesse sentido, a adoção dos conceitos de “gênero” e “patriarcado” em complementariedade, como propõe Safioti (2004), colabora para se pensar as relações de violência, assim como os agentes envolvidos, e também expandir a noção de construção social dos comportamentos.

Referências bibliográficas

Por ordem de citação:

LERNER, Gerda. *The Creation of Patriarchy*. New York: Oxford University Press, 1986.

STEARNS, Peter. (editor) *Encyclopedic of Social History*. Garland Publishing NC: New York and London, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, Patriarcado e Violência*. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2004.

CROW, Barbara. *Radical Feminism*. New York and London: University Press, 2000.

JEFFREYS, Sheila. *Harmful cultural practices in the West*. Estados Unidos e Canadá: Routledge, 2005.

SUSAN, Barbara. *About my consciousness raising in Redstockings, 1969*. Redstockings:First literature list and a sample of its materials. Disponível em: <http://www.redstockings.org/>.

Violência¹⁷

A bibliografia que discute o conceito de “violência” é extensa. Diversas áreas têm se dedicado ao assunto nas últimas décadas, entre elas: o direito, a sociologia, a antropologia, a psicologia, a ciência política, a história, a filosofia, a geografia, a educação, a economia, entre outras. Pode-se afirmar que as teorias feministas vêm transformando e enriquecendo intensamente os limites do conceito, trazendo questionamentos diretamente ligados à prática dos movimentos sociais feministas.

É interessante observar como as definições sobre violência variam em função daquele que produz o conceito, como comprovam abaixo duas definições completamente diferentes de violência. A primeira pode ser encontrada no Dicionário de Política (1983), escrita por três homens (Norberto Bobbio, Nicolla Matteuci e Gianfranco Pasquino) e a segunda no Dicionário Crítico do Feminismo (2009), escrito por quatro mulheres (Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Daniëla Senotier). O Dicionário de Política, uma das referências na área da Ciência Política, não traz sequer o verbete sobre patriarcado, o que é bastante intrigante, já que um dos principais pilares nos quais vem se fundando a política nos últimos milênios é o regime patriarcal. Também, o verbete sobre violência não menciona a violência cometida pelos homens contra as mulheres, existente nos regimes patriarcais, além de caracterizar a violência apenas como “física” e enfatizar fortemente seu aspecto estatal, ou seja, aquele relacionado ao Estado Nacional, ao controle estatal dos indivíduos e à violência entre Estados através da guerra. No entanto, inexistente neste verbete o conceito referente a uma das principais armas de guerra utilizadas pelos homens nos confrontos entre Estados, que é o estupro de mulheres. Segue trecho da definição:

“Por violência entende-se a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo) (...) A violência pode ser direta ou indireta. É direta quando atinge de maneira imediata o corpo de quem a sofre. É indireta quando opera através de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra (...) ou através da destruição, da danificação ou da subtração de recursos materiais. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo: uma modificação prejudicial do estado físico do indivíduo ou do grupo que é o alvo da ação violenta.” (BOBBIO, Norberto, 1986, p. 1291-1292)

A definição de violência a partir de uma perspectiva feminista - pensando a violência contra as mulheres - encontrada no Dicionário Crítico do Feminismo, vai um pouco mais além:

“As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física ou na sua subjetividade.” (HIRATA, 2009, p.271)

No Brasil, houve ganho significativo no debate sobre violência a partir da década de 1980:

“A literatura sobre violência contra as mulheres tem suas origens no início dos anos 80, constituindo uma das principais áreas temáticas dos estudos feministas no Brasil. Esses estudos são fruto das mudanças sociais e políticas no país, acompanhando o desenvolvimento do movimento de mulheres e o processo de redemocratização. Nessa época, um dos principais objetivos do movimento é dar visibilidade à violência contra as mulheres e combatê-la mediante intervenções sociais, psicológicas e jurídicas.” (SAFIOTI, 2004)

17 Trecho da dissertação de mestrado de Daniela Alvares Beskow “O discurso das mulheres na cena paulistana de 2015-2016: uma proposta feminista de análise de espetáculos”. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2017. P. 40-43. Revisado em março de 2019.

As definições sobre o conceito de violência e o de violência contra a mulher vêm sendo aprimoradas também em encontros presenciais que reúnem atores da sociedade civil e movimentos sociais. Essa movimentação reflete-se também nas novas proposições de entendimento dos conceitos no campo jurídico. É o que comprovam as definições encontradas nos documentos produzidos na Convenção Interamericana para Prevenir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção Belém do Pará (1994, Brasil) e na Lei Maria da Penha (2006, Brasil). A Convenção de Belém (1994) desenvolve de forma mais detalhada a definição sobre violência contra a mulher:

“Artigo 2: Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica:

- a. Ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;
- b. Ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e
- c. Perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.” (CONVENÇÃO BELÉM DO PARÁ, 1994. p.1)

Por fim, a Lei Maria da Penha propõe a definição sobre as violências cometidas contra as mulheres de forma ainda mais detalhada, ainda que circunscreva essas violências ao nível doméstico e familiar:

“Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

- I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.” (LEI MARIA DA PENHA, 2006)

A partir de todo o debate sobre a definição de violência, pode-se chegar a uma definição mais concisa, resumindo o contexto da discussão e somando as conquistas do feminismo a partir da relação entre o termo e o objetivo de erradicação da violência no cotidiano. A violência, nessa perspectiva, é aquela cometida pelos homens contra as mulheres e se caracteriza pela ação do homem/homens de impor sua própria vontade ou decisão à mulher/mulheres em detrimento da

vontade e decisão da mulher, sem que para tal tenha havido processo de diálogo, construção de consenso e consentimento de ambas as partes, ou seja, sem que tenha havido decisão mútua sobre a ação realizada. A violência pode se dar nos níveis físico, sexual, psicológico, moral, patrimonial e simbólico, através de constrangimento, coação, manipulação, coerção e realização ou impedimento de certos atos. A violência possui caráter: relacional, ou seja, ocorre entre duas ou mais pessoas; histórico, ou seja, não é inerente, ou natural; e assimétrico, ou seja, manifesta hierarquia de poder ou de força entre as partes envolvidas. Atualmente no Brasil há muitas pesquisas e dados sobre a violência cometida pelos homens contra as mulheres. Esse panorama empírico contribui enormemente para o quadro teórico feminista e para os estudos sobre violência.

De acordo com pesquisas atuais sobre violência no Brasil, são estupradas anualmente no país aproximadamente 500 mil pessoas. Deste número, aproximadamente 90% são do sexo feminino e aproximadamente metade são crianças de até treze anos. Metade das pessoas estupradas é de cor negra e 70% são crianças e adolescentes. Dos agressores, 98,2% são do sexo masculino e a grande maioria é de adultos. Frente a esses dados, que demonstram uma realidade de extrema violência contra as mulheres, foi criada a Lei Maria da Penha, de 2006 - citada acima - e a inclusão na lei sobre homicídio de 2015, que passa a tipificar o crime de feminicídio. De acordo com a inclusão, feminicídio é o crime de homicídio cometido “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino” (Lei 13.104 de 9 março de 2015).

“(...) mudanças socioeconômicas que inseriram as mulheres em novos patamares na sociedade, não explicam e não evitam a morte de mulheres por seus companheiros e/ou parentes próximos ou conhecidos, cujos dados do Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil explicitam. A magnitude dos dados desse Mapa resultou na realização da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI - VCM), que investigou entre março de 2012 e julho de 2013 a violência contra as mulheres nos Estados brasileiros. Como resultado da investigação houve a criação da Lei n. 13.104/2015 – Lei do Feminicídio, que incluiu o assassinato de mulheres na lista de crimes hediondos (Lei n 8.072/1990), como já ocorre em casos de genocídio e latrocínio, cujas penas são previstas pelo Código Penal.” (CARNEIRO, 2017, p.16)

Referências bibliográficas

Por ordem de citação:

BOBBIO, Norberto. MATEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Trad. João Ferreira, Carmen C. Varriale e outros. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2 edição, 1986.

HIRATA, Helena... [et al] (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CONVENÇÃO BELÉM DO PARÁ. Documento da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Disponível em:

<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm> consultado em 28/02/2019.

LEI MARIA DA PENHA http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

LEI FEMINICÍDIO http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm

CARNEIRO, Suelaine. Mulheres negras e violência doméstica: decodificando os números Geledés – Instituto da Mulher Negra: São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pesquisa-mulheres-negras-e-violencia-domestica-decodificando-os-numeros-e-book/> Acesso em 28/03/2019.

